



Número: **0000220-64.2019.8.17.3370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada**

Última distribuição : **26/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DILANY PEREIRA DOS SANTOS (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO(A))	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A)) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
101895530	25/03/2022 15:38	2662045_RECURSO_DE_APELACAO_01	Petição em PDF



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SERRA TALHADA/PE

Processo n. 00002206420198173370

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DILANY PEREIRA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SERRA TALHADA, 18 de março de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 25/03/2022 15:38:49
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032515384893400000099676653>
Número do documento: 22032515384893400000099676653

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SERRA TALHADA / PE

Processo n.º 00002206420198173370

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: DILANY PEREIRA DOS SANTOS

RAZÕES DO RECURSO

COLENDIA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

BREVE RELATO DOS FATOS

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 24/11/2016.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 487, I, do CPC, resolvo o mérito da demanda para **JULGAR PROCEDENTE** o pedido formulado na petição inicial para condenar a Seguradora Ré a pagar à parte autora a importância de **R\$ 2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três e setenta e cinco)**, corrigida monetariamente pela tabela do ENCOGE a partir da data do acidente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação (art. 405 do Código Civil c/c o art. 240 do CPC – Súmula nº 426 do STJ).

Em razão da sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais)[3], porque muito baixo o valor da condenação[4], nos termos do artigo 85, § 8º, CPC, tendo em vista os parâmetros estipulados nos incisos I a IV do § 2º do art. 85 do CPC, uma vez que se trata de demanda de baixa complexidade. O E. TJPE, em mais de uma oportunidade, considerou adequado o valor de honorários no montante ora estabelecido[5],[6] e [7].



Data vênia, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZATÓRIO (R\$13.500,00)

Trata-se de demanda onde o autor alega ter sido vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **24.11.2016** e que em decorrência deste veio a sofrer lesões de caráter permanente.

Ainda em decorrência deste sinistro o autor ingressou com pedido administrativo onde recebeu o valor de **R\$ 2.531,25(dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, **em razão do ombro esquerdo no percentual de 75%**

Não obstante, importante informar que, o mesmo autor sofreu acidente automobilístico no dia **01.03.2008**, onde recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50(mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 13.457,83(treze mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos) como pagamento da condenação judicial.

Assim sendo, verifica-se que o autor já recebeu o valor total de R\$ 17.676,58(dezessete mil e seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Dessa forma, não deve prosperar o pleito autoral, vez que os argumentos expostos na inicial não possuem amparo nos ditames legais, eis que a Ré não pode ser condenada em **valor SUPERIOR AO LIMITE** determinado em Lei, isso porque, estabelecem os incisos I e II, do artigo 3º da Lei n.º 6.194/74:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Por fim, pugna a Ré pela reforma da r. sentença pela improcedência do pedido do autor com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC, uma vez que o autor já recebeu indenização acima do limite máximo estabelecido por Lei.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz "*a quo*", dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SERRA TALHADA, 18 de março de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DILANY PEREIRA DOS SANTOS**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **SERRA TALHADA**, nos autos do Processo nº 00002206420198173370.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2022.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Número: **0000220-64.2019.8.17.3370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada**

Última distribuição : **26/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DILANY PEREIRA DOS SANTOS (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO(A))	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A)) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
101897232	25/03/2022 15:38	ANEXO 1	Outros (Documento)

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00877.355172 1 89580000034859	
Local Pagamento				Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento				17/04/2022
Cedente				Agência / Código do Cedente
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Serra Talhada				3234 / 354800
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.
18/03/2022	877355	DS	N	18/03/2022
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor
	17	R\$		
Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.				(-) Desconto / Abatimento
Natureza da Ação / Incidência: Recurso de apelação ou recurso adesivo				(-) Outras Deduções
Nº do Processo: 00002206420198173370 Base de cálculo R\$ 11.619,64				(+) Juros / Multa
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total	(-) Outros Acréscimos
1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo	R\$ 116,20	R\$ 116,20	
1	Custas 2% sobre a base de cálculo	R\$ 232,39	R\$ 232,39	
Total R\$ 348,59				(=) Valor Cobrado R\$ 348,59
Tarifa Banco R\$ 0,00				
Sacado				
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104				
Sacador / Avalista				

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00877.355172 1 89580000034859	
Local Pagamento				Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento				17/04/2022
Cedente				Agência / Código do Cedente
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Serra Talhada				3234 / 354800
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.
18/03/2022	877355	DS	N	18/03/2022
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor
	17	R\$		
Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.				(-) Desconto / Abatimento
Natureza da Ação / Incidência: Recurso de apelação ou recurso adesivo				(-) Outras Deduções
Nº do Processo: 00002206420198173370 Base de cálculo R\$ 11.619,64				(+) Juros / Multa
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total	(-) Outros Acréscimos
1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo	R\$ 116,20	R\$ 116,20	
1	Custas 2% sobre a base de cálculo	R\$ 232,39	R\$ 232,39	
Total R\$ 348,59				(=) Valor Cobrado R\$ 348,59
Tarifa Banco R\$ 0,00				
Sacado				
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104				
Sacador / Avalista				

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00877.355172 1 89580000034859	
Local Pagamento				Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento				17/04/2022
Cedente				Agência / Código do Cedente
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Serra Talhada				3234 / 354800
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.
18/03/2022	877355	DS	N	18/03/2022
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor
	17	R\$		
Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.				(-) Desconto / Abatimento
Natureza da Ação / Incidência: Recurso de apelação ou recurso adesivo				(-) Outras Deduções
Nº do Processo: 00002206420198173370 Base de cálculo R\$ 11.619,64				(+) Juros / Multa
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total	(-) Outros Acréscimos
1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo	R\$ 116,20	R\$ 116,20	
1	Custas 2% sobre a base de cálculo	R\$ 232,39	R\$ 232,39	
Total R\$ 348,59				(=) Valor Cobrado R\$ 348,59
Tarifa Banco R\$ 0,00				
Sacado				
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104				
Sacador / Avalista				

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	22/03/2022	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TIPO DE JUSTIÇA	
22/03/2022	00002206420198173370	ESTADUAL	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE/Serra Talhada	Vara Cível	RÉU	348,59
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
DILANY PEREIRA DOS SANTOS	FÍSICA	05387766418	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
3B10B10EE252ADC5			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 03106.434008 00877.355172 1 895800000034859			





Número: **0000220-64.2019.8.17.3370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada**

Última distribuição : **26/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DILANY PEREIRA DOS SANTOS (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO(A))	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A)) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
101897234	25/03/2022 15:38	ANEXO 2	Outros (Documento)



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

I Juizado Especial Cível de Caruaru

Av. Portugal - Fórum João Elísio Florencio, 1234 - Universitário - Caruaru/PE - CEP: 55016-400 - F: (81)3722-8500

Processo nº 002316/2009-00

Turma - AT

Demandante: DILANY PEREIRA DOS SANTOS

Demandado: BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS

CITAÇÃO

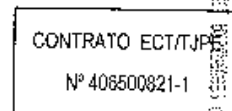
Fica V.Sa. ciente da queixa ajuizada nos autos do processo acima, e intimada a comparecer a este Juizado, sito à Av. Portugal - Fórum João Elísio Florencio, 1234 - Universitário - Caruaru/PE - CEP: 55016-400, no dia **17/12/2009**, às **16:20h**, para a sessão de conciliação deste Processo.

Fica advertida de que, não comparecendo, reputar-se-ão verdadeiras as alegações resumidas no Termo de Apresentação de Queixa, em anexo, dando-se, de logo, o julgamento de plano, com as conseqüências da revelia art. 319 do CPC c/c art. 20 da Lei nº 9.099/95. Outrossim, sendo frustrada a tentativa de conciliação, em ato contínuo ocorrerá audiência de instrução e julgamento, na qual deverá ser apresentada a defesa e todas as provas. Havendo absoluta impossibilidade de ocorrer a audiência de instrução e julgamento, deverá ser designado dia e hora para realização da mencionada audiência, com a intimação das partes. (art. 11, incisos I e II, Resolução 223/2007-TJPE).



Caruaru, 08 de setembro de 2009.

Chefe de Secretaria



BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS

AV Conselheiro Rosa e Silva, 236 - GRAÇAS Recife-PE CEP: 52020220

2-9176021-501 QUA TUBOLES SMO EVALUUM CREGOM

1403 20/12/2009 22:03:09





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
1 Juizado Especial Cível de Caruaru
Av. Portugal - Fórum João Elísio Florencio, 1234 - Universitário - Caruaru/PE - CEP: 55016-400 - F: (81)3722-6500

TERMO DE APRESENTAÇÃO DE QUEIXA

Processo nº **002316/2009-00** Turma - AT
Tipo - Cobrança de Dívidas

Demandante: DILANY PEREIRA DOS SANTOS
Profissão: Estudante Estado Civil: Solteiro
CPF: 053.877.664-18 RG.: 6768503 SDS/PE
Endereço: RUA PEDRO MARQUES DE SIQUEIRA, 7 - ROSÁRIO
TRIUNFO/PE - CEP:

Demandado: BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS
CNPJ: 00.000.000/0000-00
Endereço: AV Conselheiro Rosa e Silva, 236 - GRAÇAS
Recife/PE - CEP: 52020220

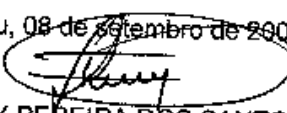
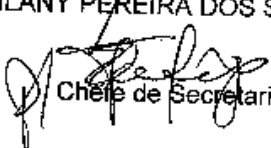
FATO-PEDIDO

CONFORME PETIÇÃO ANEXA.

Valor da Causa: **R\$ 11.812,50**

O(s) Demandante(s), por si ou por seu(s) advogado(s), declara(m) aprovar o texto supra, ficando ciente(s) da designação da sessão de conciliação para o dia **17/12/2009, às 16:20h**, no endereço deste Juizado, e, ainda, de que o não comparecimento, implicará na extinção do processo, com fundamento no artigo 51, I da Lei nº 9.099/95 e condenação ao pagamento de custas processuais. Fica(m), ainda, advertido(s) o(s) Demandante(s) que sendo frustrada a tentativa de conciliação naquela sessão, ocorrerá audiência de instrução e julgamento, em ato contínuo, na qual deverá ser produzida todas as provas, mesmo que não requeridas previamente, sob pena de preclusão. (art. 10, Resolução 233/2007-TJPE).

Caruaru, 08 de setembro de 2009.

p/ 
DILANY PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

ciente 08/07/09

Emitido em 08/09/2009 às 16:11h por efcar



**EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE CARUARU - ESTADO DE PERNAMBUCO.**

DILANY PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, estudante, portador do RG nº. 6768503, SDS - PE, inscrito no CPF sob nº 053.877.664-18, residente e domiciliado na Rua Pedro Marques de Siqueira, nº. 07, Bairro Rosário, Triunfo – PE., por meio do seu advogado que ... esta se subscreve, o Dr. Francisco Nunes de Queiroz, OAB-PE, 17.041, com endereço na Rua Dr. Manoel Borba, nº 156, CEP: 56.640-000, Custódia – PE., vem à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE JULGAMENTO
ANTECIPADO DA LIDE**

Contra **BRDESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS**, com endereço a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, n.º36, Bairro Graças, Recife – PE, CEP 52020-220, com base na lei n.º 6194/74, Lei 8.078/90, art. 100, I (Código Defesa Consumidor), e art. 275, 1,11, alínea "e" do CPC, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

**A ILEGITIMIDADE ATIVA DOS BENEFICIÁRIOS E DA LEGITIMIDADE PASSIVA
DA SEGURADORA QUE EFETUOU O PAGAMENTO PARCIAL OU DE QUALQUER
UMA DO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS.**

1.b.1. Legitimidade Ativa – O Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é estabelecido por lei em favor das vítimas (inválidas) dos acidentes, que são suas beneficiárias, de sorte que independentemente do pagamento do prêmio pelos proprietários, é devida a cobertura indenizatória pela seguradora participante (Resp. 541.288/SP, Quarta Turma, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJ de 28/02/2005), não tendo pertinência deixar de efetuar o pagamento devido pela razão de ser vítima proprietária do veículo (Resp. 114.583-SP, rei. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 07/02/2000).

1.b.2 Legitimidade Passiva – A responsabilidade do pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT pago parcialmente, por invalidez de vítima causada por veículo automotor de via terrestre, é da seguradora que efetuou pagamento parcial, ou de qualquer uma que pertença ao Consórcio, existindo, inclusive enunciados nesse sentido: “Enunciado 26: O Beneficiário do seguro Obrigatório (DPVAT) pode postular de qualquer seguradora integrante do convênio (resolução SUSEP - CNSP n.º 56/2001) o complemento de indenização paga a menor, ainda que o



pagamento anterior tenha sido efetuada por seguradora diversa - Turma Recursal - TJPR". No mesmo sentido o STJ: "SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Procedente, Recuso conhecido e provido. (REsp. 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR< QUARTA TURMA< julgado em 23.04.2002.. DJ 10.06.2002. p. 220)."

II – DOS FATOS RELEVANTES

1. É de se observar que a Lei 6.194/74, democrática e justa, alterada pela Lei 6.441/92, é considerada o único texto legal, que confere competência para fixar os valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre os danos pessoais causados por veículos automotores.

III – DO MÉRITO

1. Objeto da demanda – A presente demanda visa condenar a ré ao pagamento da diferença do seguro DPVAT pago administrativamente, em razão da invalidez permanente, com esteio no valor estipulado pela Lei 6.194/74 que dispõe no art. 3º, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada;

A) DA DEMOSTRAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE – IMPOSSIBILIDADE DE GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ – DEVIDA A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS

III.a.1 O valor da indenização do seguro obrigatório (DPVAT) em caso de invalidez permanente, parcial ou total, é de 40 salários-mínimos, não se podendo perquirir sobre a graduação da invalidez. Para que não parem dúvidas, quanto a estes fundamentos, lançam-se os argumentos seguintes do TDJF: "*Observo, ainda, que não há que se cogitar de eventual gradação percentual no valor da indenização conforme o nível de invalidez. A uma, porque a lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência. As duas, a jurisprudência, assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização integral*" (Turma recursal – TJDF – Processo: 2003.01.1.088819-3, decisão unânime). Adverte-se, pois, que a Resolução nº 35 do CNSP não tem a faculdade de limitar o

valor indenizatório fixado na alínea "b" do art. 3º da Lei 6.194/74, que estipula um valor de 40 salários mínimos para o caso de invalidez permanente, a qual não esta sujeita a qualquer graduação, ou seja, sendo a invalidez total ou parcial, e havendo permanência, seja em grau máximo, médio ou mínimo, devida será sempre a indenização.

III.a.2 O TJRS também assegura o mesmo posicionamento em caso de invalidez, total ou parcial, o direito ao recebimento da indenização, independentemente da graduação. Neste sentido: **"descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente, uma vez que essa distinção não é feita pela Lei nº 6.194/74, que regula a matéria. Havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização"** (Voto do Juiz Rel. João Pedro Cavalli Júnior no Processo nº 71000846469-2005/Cível – Primeira Turma Recursal Cíveis dos Juizados Especiais do estado do Rio Grande do Sul, **Decisão Unânime**). A posição dos Tribunais é uníssona quanto ao direito de recebimento do valor de 40 salários mínimos, independentemente da graduação das lesões:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEICULO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. É inviável a limitação da indenização atinente ao seguro obrigatório, com base no grau da incapacidade do interessado, prevista em Resolução da SUSEP. Tendo em vista que a Lei nº 6194/74 não faz qualquer diferenciação, dispondo, tão somente, que, em se tratando de invalidez permanente, o valor a pago é de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente (...) Apelo desprovido. Decisão Unânime. (TJRS - Apelação Cível nº 70008695645., Quinta Câmara Cível, Rel. Leo Lima, Julgado em 031.06.2004).

III.a.3 Agregamos, por oportuno, a fundamentação expedida pelo Juiz Clóvis Moacyr Mattana ramos acerca da matéria, expedida no RJ. nº 71000723114, la Turma do TJRS, julgado em 14.07.05:

No mérito, a portaria editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados distingue entre casos de invalidez permanente, atribuindo diferentes valores a título de indenização a cada um deles. **No entanto, a Lei 6.194/74 não estabelece tal diferenciação, afirmado apenas que, em se tratando de invalidez permanente, o valor a ser pago é de 40 (quarenta) vezes o valor do salário mínimo vigente.** No caso dos autos, o autor sofreu debilidade permanente, do membro inferior direito, causando redução severa dos movimentos do tornozelo. Ora, é preciso que se diga em alto e bom tom que a Lei 6194/74, em seu art. 3º, atribui direito as vítimas de acidente de transito no montante de 40 salários mínimos, quando do acidente resulte morte ou invalidez permanente. Cuida-se de um seguro de caráter social, obrigatório, a ser distribuído pelo consorcio legalmente instituído entre as vítimas de acidentes de transito. Atestada por órgão oficial, como é o DML, a existência de debilidade permanente, ocasionando a debilidade do membro inferior direito, daí, a invalidez, **não se pode pretender dividir o valor da indenização legalmente devida, como quer a recorrente, através de suposta incapacitação parcial do autor.**



B) VALOR DA COBERTURA DO SEGURO OBRIGATÓRIO: 40 SALÁRIOS MÍNIMOS COM BASE NO VALOR DA ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO

III.b.1 O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil do veículo automotor (DPVAT) é de 40 salários mínimos, em vigor na data da liquidação (art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 8.441/92: " Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro. Parágrafo 1º A indenização referida neste artigo será paga com baseado valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias..." O pagamento em salários mínimos não pode ser considerado, neste caso, um índice de correção monetária ou reajuste, assim, reiteradamente vem decidindo o STJ:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI 6194/74.

I – O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos. Assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária.

II – Recurso especial não conhecido.

(REsp 153209/RS, rei. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rei. p/ acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p.265)

"DPVAT- INVALIDEZ PERMANETE – Em assim sendo, é que julgo procedente o pedido formulado à exordial e, por via de consequência, condeno e determino o pagamento, pela promovida, da diferença entre o valor já pago ao autor, referente ao seguro obrigatório (DPVAT) e o fixado em lei para o caso concreto, qual seja, 40 salários-mínimos, vigentes à época do pagamento... (sentença nº 0258/06-processo 4753/06 (2006.0003.6828-8) da 12ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza- Juiz Josias Menescal L. de Oliveira.

III.b.2 - Como já se acentuou, a Lei 6.194/74 é considerada o único texto legal que confere competência para fixar os valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. É relevante observar que o art. 5º, parágrafo primeiro da Lei 6.194/74, expressamente dispõe que a indenização será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro. Neste caso, a sentença a ser proferida liquidará o sinistro e, portanto, fixará o valor da indenização, com base

no salário mínimo vigente na data do evento. Por outro lado, não há que se cogitar de revogação do art. 3º da Lei nº 6174/74, pela Leis 6.205/75 e 6.423/77, porquanto ao adotar o salário mínimo como padrão para fixar a indenização devida, não se tem como fato de correção monetária que estas leis buscam afastar (resp. 684.886/RJ, Resp. 296.675/SP, Resp. 178.868/SP, Resp. 296.669/SP)

C) DO RECIBO DE QUITAÇÃO PARCIAL E DO DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO

III.c) O recibo de quitação assinado pelo beneficiário do seguro não tem o condão de impedir o direito a complementação em relação aos 40 (quarenta) salários mínimos vigentes impostos pela Lei 6.194/74, art. 3º, alínea "b". Não há que se falar em renúncia ou extinção da obrigação, muito menos em quitação plena. O STJ tem posição pacificada quanto ao direito de complementação, a despeito de ter havido quitação parcial, senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS – INDENIZAÇÃO POR MORTE – FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS – LEI 6.194, ATR. 3 – RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO – DIREITO DE COMPLEMENTAÇÃO I - Pacifica a jurisprudência desta corte no sentido de que o art. 3, da Lei 6.194/74, não foi revogado pelas Leis 6.205/75 e 6.423/77, porquanto, ao adotar o salário mínimo como padrão para fixar a indenização devida, não o tem como fator de correção monetária, que estas leis buscam afastar.

II - Igualmente consolidada o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo a obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação. Procedente do STJ.

III - Recurso especial conhecido pela divergência e provido. (Resp. 129182/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 15.12.1997, DJ 30.03.1998 p. 45)

SEGURO OBRIGATÓRIO – Ação de cobrança ajuizada pela apelante contra a seguradora ré, em decorrência de acidente automobilístico que vitimou seu marido, em junho de 1983 – Prescrição não configurada, eis que no caso, a mesma é vintenária. Desprovimento do recurso, mantendo-se a sentença que rechaçou a pretensão autoral, porém por fundamento diverso, reconhecendo-se a ilegitimidade da ré para figurar no pólo passivo da demanda.

III.c.2 O direito ao recebimento da diferença entre o valor pago e o devido, está pacificado perante o Superior Tribunal de Justiça, vejamos, recente julgado publicado no dia 17/06/2002, às fls. 258, no DOU, no RESP 363604/SP, originado no Estado de São Paulo:

RESP 363604/SP; Recurso Especial (2001/0110490-0), Dj Data: 17/06/2002 - pg: 258 – Relator (A): Min. Nancy Andrighi, Órgão Julgador: Terceira Turma.

Ementa – Direito Civil. Recurso Especial. Ação de conhecimento sob o rito sumário. Seguro obrigatório (DPVAT). Complementação de indenização. Admissibilidade.

-O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do "quantum" legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei n.º 6.194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes.

Veja - STJ - RESP 129182 - SP (LEXSTJ VOL: 00108 AGOSTO/1998/217).

No mesmo sentido:

"O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação a indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe, de conformidade com a lei que rege a espécie" (Recurso Especial 296675/SP (2000/0142166-2), 4ª Turma do STJ, Rel. e Ministro Aldir Passarinho Júnior. J. 20/08/2002, DJ 23/09/2002, P. 367).

"São nulas as cláusulas contratuais que impliquem renúncia ou disposição de direitos que coloquem a parte hipossuficiente em desvantagem exagerada, que sejam incompatíveis com a boa-fé ou equidade ou que restrinjam direitos ou obrigações fundamentais inerentes a natureza do contrato (inteligência do art. 51, incisos I e IV, parágrafo 1º, da lei 8.078, de 11/09/90)" (Apelação Cível 20000310102930 (153487), 3ª turma Cível do TJDF, Rel. Dês. Jorge Lopes Leite. J. 11/03/2002, DJU. 15/05/2002, p.92)

" CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) VALOR QUANTIFICATIVO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZACAO *Observe, ainda, que não há que se cogitar de eventual graduação percentual no valor da indenização uniforme o nível de invalidez. A uma, porque a lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência. As duas, a jurisprudência assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização integral"*



(Turma Recursal - TJDF - Processo: 2003.01.1.088819-3, **decisão unânime**).

“ Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente, uma vez que essa distinção não é feita pela Lei n.º 6.194/74, que regula a matéria. Havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização” (Voto do Juiz Rei. João Pedro Cavalli Júnior no Processo n.º 71000846469-2005/Cível - Primeira Turma recursal Cível dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul, **decisão unânime**).

“DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - Em assim sendo, é que julgo procedente o pedido formulado à exordial e, por via de consequência, condeno e determino o pagamento, pela promovida, da diferença entre o valor pago ao Autor, referente ao seguro obrigatório (DPVAT) e fixado em lei para o caso concreto, qual seja, 40 (quarenta) salários mínimos, vigentes à época do pagamento... Sentença n.º 0258/06” - Processo (2006.0003.6828-8) da 12ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza - Juiz Josias Menescal L. de Oliveira”.

D - DA PRESCRIÇÃO DE 10 ANOS

III.d. 1 - A prescrição do direito de receber o seguro obrigatório, bem como a diferença, prescrevem em 10 anos. Ação de Cobrança de valor pago a título de indenização de Seguro DPVAT funda-se em direito pessoal, aplicável às ações pessoais ordinárias (art. 205 do Código Civil) sujeitando-se, portanto, à prescrição decenal.

No entanto, o Código Civil, aparentemente, em um dos seus dispositivo contraria tal assertiva. Pois em seu Art. 206, § 3º, inciso IX, menciona, *in verbis*:

Art. 206.

§3º. Em três anos:

IX – a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

III.d.2 - Inicialmente, na introdução do Seguro Obrigatório em nosso sistema jurídico pátrio, através do Decreto-Lei n.º 73/66 e posteriormente na sua regulamentação pelo Decreto-lei n.º 814/69, o seguro era tratado como responsabilidade civil. Para Savatier, tem-se como responsabilidade civil “é a obrigação que pode incumbir uma pessoa ou coisas que dela dependam”.¹ O próprio texto legal trazia a expressão

"responsabilidade" Civil" ao referi-se ao seguro obrigatório, sendo que dessa forma afastaria qualquer indagação a respeito da natureza jurídica do Seguro DPVAT.

III.d.3 - O que hoje já se encontra pacificada tal problemática com o advento da Lei n.º 6.194/74, a natureza jurídica do seguro obrigatório transmutou-se, surgindo como um seguro eminentemente de danos pessoais. Assim, característicos próprios foram a ele incorporados, diferenciando-o, por conseguinte, de outras modalidades de seguro. Mister destacarmos que essa mudança de postura no tocante à sua natureza fez com que a própria nomenclatura a ele atribuída sofresse alteração. Foi quando então passamos a descrevê-lo como Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, e não mais como seguro de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestres, denominação que antes possuía.

III.d.4 - O Decreto-lei n.º 73/66, em seu art. 20, faz menção a alguns seguros de contratação obrigatória: responsabilidade civil do proprietário de aeronaves e do transportador aéreo; responsabilidade civil do construtor de imóveis em zonas urbanas por danos a pessoas ou coisas; responsabilidade civil dos transportadores terrestres, marítimos, fluviais e lacustres, por danos à carga transportada. Porém, quando trata do seguro DPVAT limita-se a citá-lo como um seguro de danos pessoais (alínea "I"), e não de responsabilidade civil.

¹ SAVATIER, Apud RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: responsabilidade civil. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.4 v. p. 6.

E se o legislador quisesse incluir o seguro DPVAT entre aqueles atingidos pela prescrição trienal teria feito alusão a "seguro obrigatório" e não a "seguro de responsabilidade civil obrigatório", como consta do art. 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil. Logo, como dissemos, o prazo prescricional a ser observado para as ações oriundas do DPVAT é de 10 (dez) anos, a teor do art. 205 do Diploma Civil (em se tratando de beneficiário distinto do segurado").

E recentemente o enunciado 13 do Estado do Maranhão confirmou esse entendimento, senão vejamos:

ENUNCIADOS DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2007.

13 - A prescrição do inciso IX do § 3º do art. 206 do Código Civil de 2002 não se aplica ao seguro DPVAT, por este não ser de responsabilidade civil obrigatória, estando subordinado ao prazo prescricional ao art. 205 do mesmo diploma legal, (aprovado na Reunião de 16 de março de 2007).

Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

III-d.5 Observa-se, também, que a cobrança da diferença do seguro, no caso de invalidez, o prazo prescricional, segundo orientação firmada pela Segunda seção do STJ, em 14/04/2004, no julgamento do Eresp nº 474.147/MG, Relator o Ministro César Asfor Rocha, conta-se a partir da data em que o segurado tomou ciência do pagamento incompleto efetuado pela seguradora. A posição do STJ é uníssona quanto a esta matéria. Senão vejamos a Súmula 299 do STJ:

"O pedido do pagamento de indenização à Seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão".

MM. Juiz, no caso telado, a seguradora como de costume usou de má-fé, exigindo documentos desnecessários, com o único propósito protelatório, sendo assim somente em data de 22/12/2006, foi efetuado o devido pagamento, nesse período (da data do protocolo até a data do pagamento) o prazo ficou suspenso, com fundamento na súmula 299 do STJ.

E- CONTAGEM DOS JUROS MORATÓRIOS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

III.e.1 - Os juros moratórios, na presente causa, devem ser contados a partir da data em que houve mora quanto a observância do prazo estipulado pela Lei, culminando com a recusa de pagamento na via administrativa, cujo fim específico foi obstruir o recebimento da indenização (**art.5º, parágrafo 1º da Lei 6194/74: parágrafo 1º A indenização referida neste artigo será paga (...) no prazo de quinze dias...**), devendo se aplicar, pois, os juros de 1% (um por cento) ao mês antes da vigência do Código Civil de 2002, bem como 1% (um por cento), conforme artigo 406 do CC ("taxa que estiver em vigor para mora do pagamento de impostos devidos a fazenda Nacional"), sendo que a correção monetária deve ser medida pelo IGPM, desde a data em que deveria ter sido efetuado o pagamento na via administrativa, fazendo incidir, também, o prazo especificado pela lei, para caracterizar a mora (**art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74: parágrafo 1º A indenização referida neste artigo será paga (...) no prazo de quinze dias...**) tomando-se como termo a data do protocolo na via administrativa do pedido indenizatório.

m.e.2 - A propósito, calha salientar que o Conselho Federal de Contabilidade, ao tratar dos aspectos conceituais do Princípio da Atualização Monetária, grafados no Anexo à resolução nº 774, de 16 de dezembro de 1.994 assim deixou assentado: *"... existe em função do fato de que a moeda - embora universalmente aceita como medida de valor - não representa constante o poder aquisitivo. Por consequência, sua expressão formal deve ser ajustada a fim de que permaneçam substantivamente corretos - isto é, segundo as transações originais".*

III.e.3. - Convém frisar que a correção monetária é devida desde a data do evento danoso, porque, como antes assinalado, não representa nenhum acréscimo na dívida, mas mera atualização do valor de compra da moeda. Caso contrário, a apropriação das riquezas de particulares, depois de esgotado o prazo para satisfazer a pretensão na via administrativa, tornar-se-ia uma prática contínua, pois não haveria qualquer punição. O pedido constante do requerimento deve ser satisfeito no prazo exigido pela lei, caso contrário, estará em mora aquele que descumpriu o prazo legalmente estipulado. Por outro lado, se a lei traz um prazo para a satisfação da pretensão na via administrativa, é porque impôs a pena de mora após ter o mesmo se esgotado.

III.e.4 - Nesse sentido, orienta-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios: "(...) A correção monetária é devida desde a data do sinistro, por não apresentar qualquer acréscimo do débito" (APC 20030110372896. Ac: 201831. Data de Julgamento: 09/11/2004, pág 149)".

III.e.5 - Quanto a incidência de juros, enfatiza-se que segundo o Dicionário Aurélio mora é a delonga, a demora, o atraso no pagamento de uma dívida, o retardamento do credor ou do devedor no cumprimento de uma obrigação, a multa ou acréscimo por atraso no pagamento. Nesse sentido existe posição pacífica no TJDF:

CIVIL. SEGURO DPVAT. ATRASO NO PAGAMENTO DA VERBA SECURITARIA. COBRANÇA DO CORRESPONDENTE A CORREÇÃO MONETÁRIA E AOS JUROS RELATIVOS AO PERÍODO DO ATRASO. 1- Consoante a regra contida no art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos terrestres, a indenização "será paga no prazo de 5 dias a contar da apresentação dos seguintes documentos..." 2 - Não se verificando nenhum motivo legal que impedisse a empresa de seguro de efetuar o pagamento da indenização no prazo em destaque, mostra-se correta a cobrança do período compreendido entre o pedido de indenização e o pagamento da verba securitária. 3 - recurso conhecido e improvido. Sentença mantida (2005.0310000820 ACJ, Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F, julgado em 28/06/2005, DJ 02/09/2005 p. 170).

III.e.6 Assim, não restam dúvidas que os juros moratórios e a correção monetária devem ser contados após os quinze dias do- protocolo do processo administrativo (a partir da vigência da Lei 8.441 de 13 de julho ed 1992), e contados após cinco dias do protocolo do requerimento (antes da vigência daquela Lei, quando vigente ainda a Lei 6.194/74 em sua versão original). Assim, tomado-se por base as decisões do TJDF, conclui-se que são devidos os juros moratórios e a correção monetária após o prazo supracitado (15 ou 5 dias), a contar do protocolo do requerimento administrativo ate a data do efetivo pagamento na via judicial.

III.c.7 Uma simples denúncia a Conselho de Recurso do sistema nacional de Seguros Privados provocaria a imposição de elevada multa a seguradora, pelo fato de pagar a menor e em prazo superior aos quinze dias fixados pela Lei. Devendo-os juros e a correção terem este marco, senão vejamos:

RECURSO Nº1170

Processo SUSEP nº 005-0394/99

RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagamento de indenização de seguro DPVAT no prazo legal. Recurso conhecido e indeferido.

PENALIDADE: multa de R\$ 16.057,84

BASE LEGAL: parágrafo 1º do art. 5º da Lei 6194/74

ACORDÃO/CRSNSP Nº 0832/04: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Sul América Companhia nacional de Seguros, tendo em vista que a seguradora não realizou o pagamento integral das despesas médicas, conforme documentos comprobatórios e observado o limite da legislação em vigor. Presente a advogada Dra. Renata Fortes Aguiar Lima que fez sustentação oral em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. Procurador da Fazenda Nacional.

Ausente a representação da FENASEG.

RECURSO Nº 0940

Processo SUSEP nº 15414.003586/97-76

RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO: denuncia. Pagamento de Seguro DPVAT fora do prazo legal. Recurso conhecido e indeferido.

PENALIDADE: multa de R\$4.014,46

BASE LEGAL: Art. 5º da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8441/92

ACORDÃO/CRSNSP Nº 0784/04: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho nacional de Recursos do sistema nacional de seguros Privados, de Previdência Privada aberta e de Capitalização, por maioria, negar provimento ao recurso da Companhia de Seguros Aliança do Brasil tendo em vista que, a recorrente confirmou ter agido irregularmente, descumprindo o prazo legal para pagamento da indenização devida. Ressalte-se ainda o fato que a mora no pagamento da indenização causa prejuízos materiais aos beneficiários, não sendo, muitas vezes, o pagamento posterior capaz de reparar os danos causados. As representações da FENASEG e FENACOR votaram pelo provimento do recurso considerando que os fatos apontados como infração eram insuficientes. Presente o advogado Dr. Paulo Marcelo Moutinho Gonçalves que fez sustentação oral em favor da recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o sr. Procurador da Fazenda Nacional.

F) DA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DO LAUDO PERICIAL DO SEGURADO E DA SEGURADORA) ACOSTADOS NOS AUTOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE FUNDAMENTOU O PAGAMENTO PARCIAL

III.f.) Não há necessidade de produção de prova pericial, vez a mesma fora realizada tanto por um médico da rede pública, quanto pelo médico avaliador da seguradora, tendo, neste último caso, motivado o pagamento parcial. Destarte, já houve entrega de laudo pericial a seguradora em que consta a invalidez permanente, sendo que aquela envia o referido laudo médico com toda a documentação a FENASEG, a qual

analisa toda a documentação, bem como o referido laudo pericial, submetendo-se ao CNIS (Cadastro Nacional de Informações e serviços), empresa contratada pela FENASEG, a qual elabora um LAUDO PARALELO, com o propósito exclusivo de reduzir de 40 salários mínimos o valor indenizatório, para um valor especificado em uma tabela criada pelas seguradoras, com restará demonstrado abaixo. Assim, requer que sejam exibidos os ludos periciais acostados nos autos do processo administrativo que deu origem ao pagamento parcial, quais sejam; a) o LAUDO APRESENTADO PELO SEGURADO, quando da apresentação do requerimento administrativo; b) o RELATÓRIO DA AUDITORIA (LAUDO PARALELO) ELABORADO PELA SEGURADORA, onde consta a formula ilícita e unilateral de cálculo do valor indenizatório. Assim, tendo em vista que o rito sumário as questões devem ser decididas em audiência, requer a apreciação do pedido de exibição dos respectivos laudos em audiência, estipulando prazo para que a ré os apresente. O fundamento do pedido encontra-se no art. 382 (o juiz pode, de ofício, ordenar à parte a exibição parcial dos livros e documentos, extraído-se deles a suma que interessar ao litígio, bem como reproduções autenticadas) e art. 339 (Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade), ambos do CPC.

III.f.2 RECOMENDAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

Recomendação aprovada na Reunião de 16 de Março de 2007.

"1. Em havendo alegação de pagamento parcial ou total de indenização de seguro DPVAT por parte de seguradora (ré ou recorrente), diversa da que teria efetuado tal pagamento, poderá o juiz conceder o prazo de 05 (cinco) dias para produção de prova, mediante a juntada do processo administrativo de regulação do seguro, atendendo ao que determina o art. 5º, que prevalece sobre o art. 33, ambos da Lei 9.099/95".

2. Portanto, qualquer alegação a respeito de valores, visto que não é admissível que a seguradora questione sobre a invalidez por ela mesma declarada, deve a mesma apresentar o processo administrativo que deu ênfase a invalidez e o respectivo pagamento administrativo.

3. Nobre julgador, vale aqui transcrever um trecho da sentença proferida pelo douto juiz Gildenor Eudócio de Açaújo Pires Júnior, no processo de n.º 001529/2006-00, proferida em data de 11 de dezembro de 2006.

"...o pedido é, tão somente, de complementação de parcela do seguro já recebido pela mesma, para que não se faz necessária a juntada de toda a documentação pertinente, a qual, inclusive, certamente já se acha em poder da suplicada desde que deferiu administrativamente o pagamento do aludido seguro em favor da autora, não obstante em valor inferior ao previsto em lei".
(grifo nosso).

G) RESOLUÇÕES NÃO PODEM DETERMINAR O GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE E SEU RESPECTIVO VALOR – USO INDEVIDO DE TABELA INTERNA ILEGALIDADE DA REDUÇÃO EM RAZÃO DE SUA APLICAÇÃO

III-g. 1 é de se ponderar que nenhuma resolução (que não possui eficácia normativa), nem qualquer lei, autorizam restringir o alcance da Lei quanto ao limite indenizatório, conforme posição reiterada dos tribunais. Assim, nem Resolução 001/75, nem a Resolução 035/2000 estão vigentes, e não oferecem (nem poderiam) qualquer limitação a lei. Senão vejamos:

1 – Resolução – 035 de 08/12/2000

Ementa: Dispõe sobre o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.

Data da Publicação: 15/12/2000

Link: [resol035_00.htm](#)

Alterado por: Revogada pela Resolução CNSP nº 112/04, exceto o art. 3º caput. (Fonte: SUSEP)

III-g.2 A seguradora ré reduziu, quando da análise do processo administrativo e do respectivo laudo pericial elaborado por médico da rede pública, o valor fixado pela lei, utilizando-se de uma tabela criada para o pagamento de seguros pessoais em geral, e que não perderia ser utilizada para o pagamento do DPVAT. A tabela especificada sequer possui validade jurídica e nem moral, pois as seguradoras arrecadam bilhões de reais por ano, reajustando o valor do prêmio, e impõe aos consumidores do seguro um direito mesquinho de recebimento a menor. Puro enriquecimento ilícito e indevido. Para que este Juízo entenda a leonina fórmula criada pelas seguradoras para saquearem o dinheiro da coletividade, segue alguns exemplos de utilização da referida Tabela:

a) Exemplo 1:

- * Capital segurado para garantia de invalidez permanente na data do acidente: **40 salários mínimos = R\$ 14.000,00** (catorze mil reais)
- * Declaração Médica: **Perda total do uso de um membro inferior**
- * Após consultar a Tabela Criada pela Ré para o cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente, verifica-se o percentual sobre o capital segurado correspondente ao membro lesado; **70%**
- * **Indenização a ser paga na data do acidente: 14.000,00 x 70% = R\$9.800,00** (nove mil, e oitocentos reais)

b) Exemplo 2:

- * Capital segurado para garantia de invalidez permanente na data do acidente: **40 salários mínimos = R\$ 14.000,00** (catorze mil reais)
- * Declaração Médica: **Perda parcial de 90% da visão de um olho**
- * Após consultar a Tabela Criada pela Ré para o cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente, verifica-se o percentual sobre o capital segurado correspondente ao órgão lesado; **30%**
- * **Indenização a ser paga na data do acidente: 14.000,00 x 30% = R\$3780,00** (três mil, setecentos e oitenta reais)

c) Exemplo 3:

- * Capital segurado para garantia de invalidez permanente na data do acidente: **40 salários mínimos = R\$ 14.000,00** (catorze mil reais)
- * Declaração Médica: **Perda total do uso de um membro superior e de um pé**



* Após consultar a Tabela Criada pela Ré para o cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente, verifica-se o percentual sobre o capital segurado correspondente ao membro lesado; 70% para o membro superior e 50% para o pé

* Indenização a ser paga na data do acidente: 14.000,00 x 100% = R\$14.000,00 (quatorze mil reais)

III-g.3 A tabela que foi utilizada para os cálculos acima é também utilizada pela seguradora para se apropriar de dinheiro que não é seu e sim da coletividade. Assim, não pode persistir qualquer argumento da seguradora que aplicou um índice legal, pois o valor é sempre de 40 (quarenta salários mínimos) quando verificada a permanência da invalidez, seja total ou parcial. A tabela (abaixo) aplicada pela seguradora é ilegal e lesiva, pois retira a eficácia da lei, senão vejamos:

Tabela para Cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente

Invalidez Permanente	Discriminação	% sobre importância segurada
T O T A L	Perda total da visão de ambos os olhos	100
	Perda total de uso de ambos os membros superiores	100
	Perda total do uso de ambos os membros inferiores	100
	Perda total do uso de ambas as mãos	100
	Perda total do uso de um membro superior e um membro inferior	100
	Perda total do uso de uma das mãos e de um dos pés	100
	Perda total do uso de ambos os pés	100
	Alienação mental total e incurável	100
	Perda total da visão de um olho	30
	Perda total da visão de um olho quando o segurado já não tiver a outra vista	70
P A R C I A L	Surdez total incurável de ambos os ouvidos	40
	Surdez total incurável de um dos ouvidos	20
	Mudez incurável	50
	Fratura não consolidada do maxilar inferior	20
	Imobilidade do segmento cervical da coluna vertebral	20
DIVERSOS	Imobilidade do segmento tóraco-lombo-sacro da coluna vertebral	25
	Perda total do uso de um dos membros superiores	70
	Perda total do uso de uma das mãos	60
	Fratura não consolidada de um dos	50

	úmeros	
	Fratura não consolidada de um dos segmentos rádio-ulnares	30
	Anquilose total de um dos ombros	25
	Anquilose total de um dos cotovelos	25
	Anquilose total de um dos punhos	20
	Perda total do uso de um dos polegares, inclusive o metacarpiano	25
	Perda total de uso de um dos polegares, exclusive o metacarpiano	18
	Perda total do uso da falange distal do polegar	9
MEMBROS SUPERIORES	Perda total do uso de um dos dedos indicadores	15
	Perda total do uso de um dos dedos mínimos ou um dos dedos médios	12
	Perda total do uso de um dos dedos anulares	9
	Perda total do uso de qualquer falange, excluídas as do polegar: indenização equivalente a 1/3 do valor do dedo respectivo	
	Perda total do uso de um dos membros inferiores	70
P	Perda total do uso de um dos pés	50
A	Fratura não consolidada de um fêmur	50
R	Fratura não consolidada de um dos segmentos tibio-peroneiros	25
C	Fratura não consolidada da rótula	20
	Fratura não consolidada de um pé	20
I	Anquilose total de um dos joelhos	20
A	Anquilose total de um dos tornozelos	20
	Anquilose total de um dos quadril	20
L	Perda parcial de um dos pés, isto é, perda de todos os dedos e de uma parte do mesmo pé	25
	Amputação do 1º (primeiro) dedo	10
	Amputação de qualquer outro dedo	3
	Perda total do uso de uma falange do 1º dedo, indenização equivalente 1/2, e dos demais dedos, equivalente a 1/3 do respectivo dedo	
	Encurtamento de um dos membros inferiores	15
MEMBROS INFERIORES	de 5 (cinco) centímetros ou mais	
	de 4 (quatro) centímetros	10
	de 3 (três) centímetros	6
	Menos de 3 (três) centímetros sem indenização	

III.g.4 Resta, pois, afastada a aplicação da referida tabela, por falta de fundamento legal autorizador da redução do patamar fixado pela lei. A própria tabela confirma que existe invalidez permanente, como se observa de seu título. Daí não custa



repetir que não se pode criar qualquer graduação não autorizada pela lei, senão vejamos:

"Observo, ainda, que não há que se cogitar de eventual graduação percentual no valor da indenização conforme o nível de invalidez. A uma, porque a lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grava a debilidade, bastando a configuração da permanência. As duas, a jurisprudência assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização integral" (Turma recursal – TJDF-Processo: 2003.01.1.088819-3, **decisão unânime**)

Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente, uma vez que essa distinção não é feita pela lei n° 6.194/74, que regula a matéria. Havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização (Voto do Juiz Rei. João Pedro Cavalli Júnior na Processo n° 71000846469-2005/Cível – Primeira Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul, **decisão Unânime**)

IV – DA TUTELA ANTECIPADA

IV.a. No caso em tela, encontra-se presente todos os pressupostos autorizadores para a antecipação da tutela jurisdicional pretendida, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil brasileiro, senão vejamos:

"Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcial os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, inexistindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

1- Haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação..."

IV.b. Quanto a ***"VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO"***, tal requisito encontra-se plenamente traduzido nos argumentos fáticos e jurídicos consignados acima, os quais incutem no espírito de quem quer que deite os olhos sobre a presente peça processual, a pertinência e legitimidade do direito em que se funda a parte autoral.

Ademais, a própria letra da lei não deixa dúvidas acerca do valor indenizatório que deve ser revertido em favor dos beneficiários.

IV.c. A indenização securitária DPVAT foi criada com o fim precípuo de atender as despesas imediatas suportadas por vítimas e/ou seus familiares, quando advindas de acidente automobilístico, razão pela qual é tida como de caráter social.

IV.d. Percebe-se, portanto, que tal importância está fazendo bastante falta à Autora, sendo necessário que este Preclaro Magistrado se digne a conceder a ***"ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL"***, no sentido de que a Seguradora/Demandada efetue, dentro do prazo de 48h após a concessão da medida ora postulada, o depósito da importância que ainda falta pagar ao autor em



conta judicial à disposição deste Juízo, sob pena de aplicação de uma multa diária no valor a ser arbitrado por V.Exa.

V - MEMORIA DE CALCULO

DILANY PEREIRA DOS SANTOS (Beneficiário)

Valor recebido	R\$	1.687, 50
Valor a receber na época	R\$	13.500,00
Total Pleiteado	RS	11.812, 50

A memória de cálculo fora elaborada tomando-se como base a data do efetivo pagamento, vez que os dados sobre o dia do protocolo estão em poder da ré. Assim, na instrução processual serão requeridos os documentos comprobatórios do protocolo, para o deslinde da questão. Neste valor não está incluído correção, juros legais de 1% ao mês, e tão pouco honorários de advocacia.

V - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

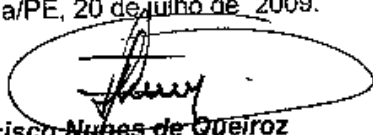
- o julgamento antecipado da lide, posto que a matéria é unicamente de direito, e, mesmo tendo considerada de direito e de fato, não há necessidade de produção de prova em audiência (art. 330, I do CPC);
- Conceder, *initio litis*, e *inaudita lita* altera parte a “**ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL**”, no sentido de que a Seguradora/Demandada efetue, dentro do prazo de 48h após a concessão da medida ora postulada, o depósito da importância que ainda falta pagar ao Autor, em conta judicial à disposição deste Juízo, sob pena de aplicação de uma multa diária no valor a ser arbitrado por V. Exa.;
- Seja julgada inteiramente procedente a presente postulação judicial, confirmando os efeitos da Tutela Antecipada, condenando a ré a pagar ao autor a indenização, no montante de **R\$ 11.812, 50** (Onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) valor remanescente, além de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com termo inicial a partir do décimo sexto dia do protocolo administrativo, e quando não for possível a verificação dessa data, que se opere a partir da data **14/05/2009** (data em que o autor recebeu a administrativamente parte do valor do seguro) tudo com arrimo no art. 5º, § 1º, da Lei n. 6.194/74, com alterações introduzidas pela Lei n.º 8.441/92, além das custas processuais e honorários de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação nos exatos termos do parágrafo quarto do artigo 20 do CPC, em grau máximo em caso de recurso;
- A citação da Ré, por Correio (aviso de recebimento), sob pena de confissão e revelia, e demais advertências que regem a espécie.
- Requer, ainda, a inversão do ônus da prova, por se tratar de uma relação de consumo, sendo verossímeis as alegações e hipossuficiente o consumidor (Lei 8.078/90, art.6º, VIII).
- A despeito do pedido de julgamento antecipado da lide, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, tudo desde logo

- requerido, caso não atendida a suplica de julgamento antecipado. Que a presente seja recebida e processada pelo rito da Lei 9.099/95;
- g) **a concessão da justiça gratuita** ao requerente, por ser pobre no sentido legal da palavra, não podendo arcar com as despesas processuais, sob pena de prejudicar seu próprio sustento e de sua família, nos termos da Lei 1.060 de 1950;
- h) Requer que todas as intimações e/ou notificações em nome do requerente, sejam realizadas diretamente para seu procurador em seu endereço profissional à Rua Dr. Fraga Rocha, , n.º 156 – Bairro Centro – CEP 56.640.000 – Custódia - PE. Tel. (87)3848.0093, cel. (87) 9918.7138 e (81) 9944.7722.

- Dá se o valor da causa o valor de R\$ R\$ 11.812, 50 (Onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)

Nestes termos,
Pede deferimento.

Serra Talhada/PE, 20 de julho de 2009.


Dr. Francisco Nunes de Queiroz
Advogado - OAB/PE 17.041



3.
F

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins de direito e com fundamento na Lei Federal n.º 7.115 de 29 de Agosto de 1983, junto à Justiça Pública do Estado de Pernambuco, que **SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, não tendo condições de arcar com o pagamento das Custas ou taxas Judiciais, sem que comprometa o rendimento familiar, o que faço sob minha total responsabilidade e sob as penalidades da Lei.

E, para a validade do presente ato, subscrevo ao final.

Serra Talhada, 08 de Junho de 2009.

Dilany Pereira dos Santos
Dilany Pereira dos Santos





Prefeitura Municipal de Triunfo
Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE MISTA DE TRIUNFO FELINTO WANDERLEY
FICHA PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

36
7

DATA: 01 / 03 / 08 HORA: 17:00 MEDICO: Dr. Luciano Fernando Sales

NOME: Wilmar Pereira dos Santos

DATA DE NASCIMENTO: 10 / 10 / 1988 SEXO: F

PAI: Renato Pereira dos Santos MÃE: Maria Pereira dos Santos

ENDEREÇO: R. Pedro Marques de Sousa 1008
Bairro: Roraima

TRAZIDO POR: Amigos

QUEIXA PRINCIPAL DA DOENÇA:	Torção uterina de variação de 115° ± 30° no momento SANGRIA TORNOZELO EDEMA
HIPÓTESE DIAGNÓSTICA	TRAUMA EXPOSTA TORNOZELO D.
MEDICAÇÃO UTILIZADA	IMOBILIZAÇÃO + CURATIVO + LIMPEZA E ENCAMINHAR ORTOMED

FOI ACIDENTE DE TRABALHO: SIM () NÃO ()

CASO SIM QUE TIPO:

REMOVIDO: SIM (X) NÃO ()

CASO SIM PARA ONDE:

Ponto fixado (ao gesso)

CONDIÇÕES DA ALTA: BOM () MELHORADO () PIORADO () ÓBITO ()

DATA DA ALTA: 01 / 03 / 08 HORA: RESP:

Fica Faltas de Faltas (87) 946-8158 / 1931 / 1284

Dr. Luciano Fernando Sales
CRM 11560
[Assinatura]



21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

1350

1351

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421

1422

1423

1424

1425

1426

1427

1428

1429

1430

1431

1432

1433

1434

1435

1436

1437

1438

1439

1440

1441

1442

1443

1444

1445

1446

1447

1448

1449

1450

1451

1452

1453

1454

1455

1456

1457

1458

1459

1460

1461

1462

1463

1464

1465

1466

1467

1468

1469

1470

1471

1472

1473

1474

1475

1476

1477

1478

1479

1480

1481

1482

1483

1484

1485

1486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

1496

1497

1498

1499

1500

1501

1502

1503

1504

1505

1506

1507

1508

1509

1510

1511



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

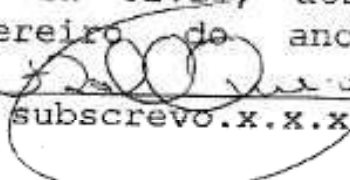
21ª USPC- SERRA TALHADA

DELEGACIA DA 181ª CIRCUNSCRIÇÃO - TRIUNFO

C E R T I D ã O



Eu, FREDSON RICARDO O. DE QUEIROZ,
Escrivão de Polícia, lotado nesta
Delegacia de Triunfo, no uso de minhas
atribuições legais, etc.....

CERTIFICO, para os devidos
fins de direito, que nesta cidade de TRIUNFO,
Estado de Pernambuco, NÃO EXISTE INSTITUTO
MÉDICO LEGAL.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
Dada e passada nesta cidade de TRIUNFO, Estado
de Pernambuco, no Cartório desta Delegacia de
Polícia Civil, aos dezanove dias do mês de
fevereiro de ano de dois mil e nove.
EU  Escrivão que digitei
e a subscrevo.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PE Nº 7303804456
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VEICULO: 1 COD. RENAVAM: 968498370 RNTIC: ***** EXERCÍCIO: 2008

NOME/ENDEREÇO:
PAULO ANDRE DE PADUA
RUA ISAIAS FLORENTINO RODRIGUES
205 CS-CENTRO
TRIUNFO-PE 56870-000

CIV/CGC: 060.294.104-07 PLACA: KFP6873

PLACA ANT/UF: ***** CHASSI: 9C2KC0B10BR211331

ESPÉCIE / TIPO: PAS / MOTOCICLETA COMBUSTÍVEL: GASOLINA

MARCA/MODELO: HONDA/CG 150 TITAN KS ANO FAB: 2008 ANO MOD: 2008

CAR/POT/OL: 2P/149CL CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: PRETA

COTA ÚNICA: IPVA 2008 QUITADO 1ª *****

2ª ***** 3ª *****

VALOR TAREFARIO (R\$): 107 (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$): DATA DE PAGAMENTO:

SEGURO PAGO OBSERVAÇÕES:

SEM RESERVA

Assinado eletronicamente por: Fernando Farias Moura de Barros
Coordenador da 1ª DETRAN de Serra Talhada
Mat. 903347-9

TRIUNFO-PE DATA: 05/09/08

PE Nº 7303804456 BILHETE DE SEGURO DPVAT

NOME/ENDEREÇO:
PAULO ANDRE DE PADUA
RUA ISAIAS FLORENTINO RODRIGUES
205 CS-CENTRO
TRIUNFO-PE 56870-000

CIV/CGC: 060.294.104-07 PLACA: KFP6873

BILHETE DE SEGURO DPVAT - VIA CONVÊNIO

PE Nº 7303804456 EXERCÍCIO: 2008 DATA EMISSÃO: 05/09/08

NOME/ENDEREÇO:
PAULO ANDRE DE PADUA
RUA ISAIAS FLORENTINO RODRIGUES
205 CS-CENTRO
TRIUNFO-PE 56870-000

CIV/CGC: 060.294.104-07 PLACA: KFP6873

COD. RENAVAM: 968498370 MARCA/MODELO: HONDA/CG 150 TITAN KS

ANO FAB: 2008 EX. 09 CHASSI: 9C2KC0B10BR211331

PRÊMIO TAREFARIO (R\$): 107 (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$):

SEGURO PAGO





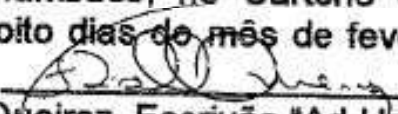
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
21ª UNIDADE SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 181ª CIRCUNSCRIÇÃO - TRIUNFO



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Fredson Ricardo Oliveira de Queiroz, Escrivão Ad-Hoc, no uso de minhas atribuições legais, etc...

CERTIFICO, a pedido verbal de pessoa interessada que **DILANY PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, estudante, natural de Serra Talhada-PE, nascida em 10.04.1988, filha de Rinaldo Correia dos Santos e Nadice Pereira dos Santos Correia, portadora do RG. nº 6.768.503-SDS-PE, reside na **Rua Pedro Marques de Siqueira, nº. 07, Rosário, CEP 58.870-000**.

Dada e passada nesta cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco, no Cartório desta Delegacia de Polícia, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove. Eu, , Fredson Ricardo Oliveira de Queiroz, Escrivão "Ad-Hoc" que o digitei.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

6.768.503

DATA DE EMISSÃO: 06.10.2002

Nome: **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR**

Nome Completo: **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR**

DATA DE NASCIMENTO: **10.04.1988**

RG: **14.125-FL-32-1-A-65-Cartório**

CPF: **038-PP**

LEI Nº 7.116 DE 24/03/81

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1011-32

25

8

Nome: **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR**

DATA DE NASCIMENTO: **10.04.1988**

RG: **14.125-FL-32-1-A-65-Cartório**

CPF: **038-PP**

Carteira de Identidade



24
#

Informações sobre Processo

Processo:	2009/076183/01
------------------	----------------

Nome Vítima:	DILANY PEREIRA DOS SANTOS
Data do Sinistro:	
Cobertura:	INVALIDEZ PERMANENTE
Responsável:	DILANY PEREIRA DOS SANTOS

Última Atualização:	27/4/2009
Data Pagamento:	14/5/2009

Valor Pagamento:	1.687,50
Regra Cálculo:	
Descritivo de Pagamento:	



ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO Nº 082/2009

142225

23

Unidade Operacional 21ª DESEC		Circunscrição 184ª (TRIUNFO)		Data do Registro 18/02/09		Hora do Registro 10:30		Nº da Folha/Totais 02/32	
Forma de Acomodação?				Forma de Ação da Acomodação?					
Local de Entrada?				Forma de Entrada?					
Alojamento no Local?				Forma de Alojamento?					
Criminosos Suspeitos?				Exatidão?					
Envolvido		Tipo de Objeto		Marca/Modelo		Número de Série			
Quantidade		Valor		Modelo		Objeto Apreendido?			
						<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
		Qual o motivo do registro do objeto?							
Envolvido		Tipo de Objeto		Marca/Modelo		Número de Série			
Quantidade		Valor		Modelo		Objeto Apreendido?			
						<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
		Qual o motivo do registro do objeto?							
Envolvido		Tipo de Objeto		Marca/Modelo		Número de Série			
Quantidade		Valor		Modelo		Objeto Apreendido?			
						<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
		Qual o motivo do registro do objeto?							
Envolvido		Marca/Modelo		Cor		Ano		Interpela	
UF		Chassi		Placa		Vencido Apreendido?			
						<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não			
		Qual o motivo do registro do veículo?		ENVIADO NO ACIDENTE					
Envolvido		Marca/Modelo		Cor		Ano		Renovar	
UF		Chassi		Placa		Vencido Apreendido?			
						<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
		Qual o motivo do registro do veículo?							
<p>NESTA DATA (18/02/2009), COMPARECEU A ESTA DELEGACIA DE POLICIA A VITIMA (DELY REIRA DOS SANTOS) JA QUALIFICADA, COM O CAMIO QUE NO DIA 01/03/2008 DESLOCAVA-SE NA MOTO CITROE ACIMA MENCIO NADA PELA AV. PRAIEIRA, QUANDO PROXIMO AO GIMASIO PERDEU O CONTROLE DA REFERIDA MOTO, VINDO A CAIR NO CALÇAMENTO SENDO SOCORRIDA POR POPULARES PARA MORTE MISTA DE TRIUNFO FELINTO VANT. DE ALCY.</p> <p>OBS: NA POCA DO ACIDENTE A MOTO TINHA COMO PROPRIETARIO ANDRE DE PADUA, CPF 060.294.104-37</p>									
<p>Exames Periciais B. Policiais</p> <p>Tipo do Exame Envolvido <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> R Tipo do Exame Envolvido <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> R Tipo do Exame Envolvido <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> R</p> <p><input type="checkbox"/> Causador <input type="checkbox"/> Provocador</p> <p>Responsável pelo Atendimento Matrícula nº 2055417 Ass: FREDSON RICARDO O DE QUEIROZ</p> <p>Responsável Matrícula nº 2055417 Ass: FREDSON RICARDO O DE QUEIROZ</p> <p>Responsável Matrícula nº 2055417 Ass: FREDSON RICARDO O DE QUEIROZ</p>									



470177

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO Nº 082/2009

22
T

Unidade Operadora: 21ª DESEC	Descrição: 181ª (TR. UNFO)	Data do Registro: 08/02/09	Hora do Registro: 10:30	Mês/Ano/Tela de Referência: 01/102
Descrição da Notícia: COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		Número de Ocorrência no CIBIC: Nº		
Data (dd/mm/aaaa): 01/03/2008	Hora (hh:mm): 16:30	Assento Condição: Assento Desconhecido	Coneção: Testado	Capacete: Desuso
Localização do Fato: 181ª	Local Principal do Ocorrência: AV. FREI FERNANDO	Número: 36870-000		
Logradouro (Rua, Avenida, Rodovia, etc.): AV. FREI FERNANDO		Bairro: LIBERDADE		
Município: TRIUNFO		UF: PE		
Local de Registro: PRÓXIMO AO GINÁSIO		CEP: 56870-000		
<input checked="" type="checkbox"/> VÍTIMA <input type="checkbox"/> IMPUTADO <input type="checkbox"/> SUSPEITO <input type="checkbox"/> TESTEMUNHA <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/> TURISTA <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Nome / Razão Social: DILANY PEREIRA DOS SANTOS				
Pai: RINALDO CORREIA DOS SANTOS				
Mãe: NADICE PEREIRA DOS SANTOS CORREIA				
Apêlido / Nome Fantasia: _____ Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F Estado Civil: 1. Solteiro(a) 2. Casado(a) 3. Viúvo(a) 4. Divorciado(a) 5. Anulado(a) 6. Não informado				
Data de Nascimento: 01/01/88 Idade: 20 1. Menor de idade 2. Adulto (18-30 anos) 3. Adulto (31-45 anos) 4. Adulto (46-60 anos) 5. Idoso (61-75 anos) 6. Idoso (76-90 anos) 7. Idoso (91-100 anos) 8. Idoso (101-110 anos) 9. Idoso (111-120 anos) 10. Idoso (121-130 anos) 11. Idoso (131-140 anos) 12. Idoso (141-150 anos) 13. Idoso (151-160 anos) 14. Idoso (161-170 anos) 15. Idoso (171-180 anos) 16. Idoso (181-190 anos) 17. Idoso (191-200 anos) 18. Idoso (201-210 anos) 19. Idoso (211-220 anos) 20. Idoso (221-230 anos) 21. Idoso (231-240 anos) 22. Idoso (241-250 anos) 23. Idoso (251-260 anos) 24. Idoso (261-270 anos) 25. Idoso (271-280 anos) 26. Idoso (281-290 anos) 27. Idoso (291-300 anos) 28. Idoso (301-310 anos) 29. Idoso (311-320 anos) 30. Idoso (321-330 anos) 31. Idoso (331-340 anos) 32. Idoso (341-350 anos) 33. Idoso (351-360 anos) 34. Idoso (361-370 anos) 35. Idoso (371-380 anos) 36. Idoso (381-390 anos) 37. Idoso (391-400 anos) 38. Idoso (401-410 anos) 39. Idoso (411-420 anos) 40. Idoso (421-430 anos) 41. Idoso (431-440 anos) 42. Idoso (441-450 anos) 43. Idoso (451-460 anos) 44. Idoso (461-470 anos) 45. Idoso (471-480 anos) 46. Idoso (481-490 anos) 47. Idoso (491-500 anos) 48. Idoso (501-510 anos) 49. Idoso (511-520 anos) 50. Idoso (521-530 anos) 51. Idoso (531-540 anos) 52. Idoso (541-550 anos) 53. Idoso (551-560 anos) 54. Idoso (561-570 anos) 55. Idoso (571-580 anos) 56. Idoso (581-590 anos) 57. Idoso (591-600 anos) 58. Idoso (601-610 anos) 59. Idoso (611-620 anos) 60. Idoso (621-630 anos) 61. Idoso (631-640 anos) 62. Idoso (641-650 anos) 63. Idoso (651-660 anos) 64. Idoso (661-670 anos) 65. Idoso (671-680 anos) 66. Idoso (681-690 anos) 67. Idoso (691-700 anos) 68. Idoso (701-710 anos) 69. Idoso (711-720 anos) 70. Idoso (721-730 anos) 71. Idoso (731-740 anos) 72. Idoso (741-750 anos) 73. Idoso (751-760 anos) 74. Idoso (761-770 anos) 75. Idoso (771-780 anos) 76. Idoso (781-790 anos) 77. Idoso (791-800 anos) 78. Idoso (801-810 anos) 79. Idoso (811-820 anos) 80. Idoso (821-830 anos) 81. Idoso (831-840 anos) 82. Idoso (841-850 anos) 83. Idoso (851-860 anos) 84. Idoso (861-870 anos) 85. Idoso (871-880 anos) 86. Idoso (881-890 anos) 87. Idoso (891-900 anos) 88. Idoso (901-910 anos) 89. Idoso (911-920 anos) 90. Idoso (921-930 anos) 91. Idoso (931-940 anos) 92. Idoso (941-950 anos) 93. Idoso (951-960 anos) 94. Idoso (961-970 anos) 95. Idoso (971-980 anos) 96. Idoso (981-990 anos) 97. Idoso (991-1000 anos) 98. Idoso (1001-1010 anos) 99. Idoso (1011-1020 anos) 100. Idoso (1021-1030 anos) 101. Idoso (1031-1040 anos) 102. Idoso (1041-1050 anos) 103. Idoso (1051-1060 anos) 104. Idoso (1061-1070 anos) 105. Idoso (1071-1080 anos) 106. Idoso (1081-1090 anos) 107. Idoso (1091-1100 anos) 108. Idoso (1101-1110 anos) 109. Idoso (1111-1120 anos) 110. Idoso (1121-1130 anos) 111. Idoso (1131-1140 anos) 112. Idoso (1141-1150 anos) 113. Idoso (1151-1160 anos) 114. Idoso (1161-1170 anos) 115. Idoso (1171-1180 anos) 116. Idoso (1181-1190 anos) 117. Idoso (1191-1200 anos) 118. Idoso (1201-1210 anos) 119. Idoso (1211-1220 anos) 120. Idoso (1221-1230 anos) 121. Idoso (1231-1240 anos) 122. Idoso (1241-1250 anos) 123. Idoso (1251-1260 anos) 124. Idoso (1261-1270 anos) 125. Idoso (1271-1280 anos) 126. Idoso (1281-1290 anos) 127. Idoso (1291-1300 anos) 128. Idoso (1301-1310 anos) 129. Idoso (1311-1320 anos) 130. Idoso (1321-1330 anos) 131. Idoso (1331-1340 anos) 132. Idoso (1341-1350 anos) 133. Idoso (1351-1360 anos) 134. Idoso (1361-1370 anos) 135. Idoso (1371-1380 anos) 136. Idoso (1381-1390 anos) 137. Idoso (1391-1400 anos) 138. Idoso (1401-1410 anos) 139. Idoso (1411-1420 anos) 140. Idoso (1421-1430 anos) 141. Idoso (1431-1440 anos) 142. Idoso (1441-1450 anos) 143. Idoso (1451-1460 anos) 144. Idoso (1461-1470 anos) 145. Idoso (1471-1480 anos) 146. Idoso (1481-1490 anos) 147. Idoso (1491-1500 anos) 148. Idoso (1501-1510 anos) 149. Idoso (1511-1520 anos) 150. Idoso (1521-1530 anos) 151. Idoso (1531-1540 anos) 152. Idoso (1541-1550 anos) 153. Idoso (1551-1560 anos) 154. Idoso (1561-1570 anos) 155. Idoso (1571-1580 anos) 156. Idoso (1581-1590 anos) 157. Idoso (1591-1600 anos) 158. Idoso (1601-1610 anos) 159. Idoso (1611-1620 anos) 160. Idoso (1621-1630 anos) 161. Idoso (1631-1640 anos) 162. Idoso (1641-1650 anos) 163. Idoso (1651-1660 anos) 164. Idoso (1661-1670 anos) 165. Idoso (1671-1680 anos) 166. Idoso (1681-1690 anos) 167. Idoso (1691-1700 anos) 168. Idoso (1701-1710 anos) 169. Idoso (1711-1720 anos) 170. Idoso (1721-1730 anos) 171. Idoso (1731-1740 anos) 172. Idoso (1741-1750 anos) 173. Idoso (1751-1760 anos) 174. Idoso (1761-1770 anos) 175. Idoso (1771-1780 anos) 176. Idoso (1781-1790 anos) 177. Idoso (1791-1800 anos) 178. Idoso (1801-1810 anos) 179. Idoso (1811-1820 anos) 180. Idoso (1821-1830 anos) 181. Idoso (1831-1840 anos) 182. Idoso (1841-1850 anos) 183. Idoso (1851-1860 anos) 184. Idoso (1861-1870 anos) 185. Idoso (1871-1880 anos) 186. Idoso (1881-1890 anos) 187. Idoso (1891-1900 anos) 188. Idoso (1901-1910 anos) 189. Idoso (1911-1920 anos) 190. Idoso (1921-1930 anos) 191. Idoso (1931-1940 anos) 192. Idoso (1941-1950 anos) 193. Idoso (1951-1960 anos) 194. Idoso (1961-1970 anos) 195. Idoso (1971-1980 anos) 196. Idoso (1981-1990 anos) 197. Idoso (1991-2000 anos) 198. Idoso (2001-2010 anos) 199. Idoso (2011-2020 anos) 200. Idoso (2021-2030 anos) 201. Idoso (2031-2040 anos) 202. Idoso (2041-2050 anos) 203. Idoso (2051-2060 anos) 204. Idoso (2061-2070 anos) 205. Idoso (2071-2080 anos) 206. Idoso (2081-2090 anos) 207. Idoso (2091-2100 anos) 208. Idoso (2101-2110 anos) 209. Idoso (2111-2120 anos) 210. Idoso (2121-2130 anos) 211. Idoso (2131-2140 anos) 212. Idoso (2141-2150 anos) 213. Idoso (2151-2160 anos) 214. Idoso (2161-2170 anos) 215. Idoso (2171-2180 anos) 216. Idoso (2181-2190 anos) 217. Idoso (2191-2200 anos) 218. Idoso (2201-2210 anos) 219. Idoso (2211-2220 anos) 220. Idoso (2221-2230 anos) 221. Idoso (2231-2240 anos) 222. Idoso (2241-2250 anos) 223. Idoso (2251-2260 anos) 224. Idoso (2261-2270 anos) 225. Idoso (2271-2280 anos) 226. Idoso (2281-2290 anos) 227. Idoso (2291-2300 anos) 228. Idoso (2301-2310 anos) 229. Idoso (2311-2320 anos) 230. Idoso (2321-2330 anos) 231. Idoso (2331-2340 anos) 232. Idoso (2341-2350 anos) 233. Idoso (2351-2360 anos) 234. Idoso (2361-2370 anos) 235. Idoso (2371-2380 anos) 236. Idoso (2381-2390 anos) 237. Idoso (2391-2400 anos) 238. Idoso (2401-2410 anos) 239. Idoso (2411-2420 anos) 240. Idoso (2421-2430 anos) 241. Idoso (2431-2440 anos) 242. Idoso (2441-2450 anos) 243. Idoso (2451-2460 anos) 244. Idoso (2461-2470 anos) 245. Idoso (2471-2480 anos) 246. Idoso (2481-2490 anos) 247. Idoso (2491-2500 anos) 248. Idoso (2501-2510 anos) 249. Idoso (2511-2520 anos) 250. Idoso (2521-2530 anos) 251. Idoso (2531-2540 anos) 252. Idoso (2541-2550 anos) 253. Idoso (2551-2560 anos) 254. Idoso (2561-2570 anos) 255. Idoso (2571-2580 anos) 256. Idoso (2581-2590 anos) 257. Idoso (2591-2600 anos) 258. Idoso (2601-2610 anos) 259. Idoso (2611-2620 anos) 260. Idoso (2621-2630 anos) 261. Idoso (2631-2640 anos) 262. Idoso (2641-2650 anos) 263. Idoso (2651-2660 anos) 264. Idoso (2661-2670 anos) 265. Idoso (2671-2680 anos) 266. Idoso (2681-2690 anos) 267. Idoso (2691-2700 anos) 268. Idoso (2701-2710 anos) 269. Idoso (2711-2720 anos) 270. Idoso (2721-2730 anos) 271. Idoso (2731-2740 anos) 272. Idoso (2741-2750 anos) 273. Idoso (2751-2760 anos) 274. Idoso (2761-2770 anos) 275. Idoso (2771-2780 anos) 276. Idoso (2781-2790 anos) 277. Idoso (2791-2800 anos) 278. Idoso (2801-2810 anos) 279. Idoso (2811-2820 anos) 280. Idoso (2821-2830 anos) 281. Idoso (2831-2840 anos) 282. Idoso (2841-2850 anos) 283. Idoso (2851-2860 anos) 284. Idoso (2861-2870 anos) 285. Idoso (2871-2880 anos) 286. Idoso (2881-2890 anos) 287. Idoso (2891-2900 anos) 288. Idoso (2901-2910 anos) 289. Idoso (2911-2920 anos) 290. Idoso (2921-2930 anos) 291. Idoso (2931-2940 anos) 292. Idoso (2941-2950 anos) 293. Idoso (2951-2960 anos) 294. Idoso (2961-2970 anos) 295. Idoso (2971-2980 anos) 296. Idoso (2981-2990 anos) 297. Idoso (2991-3000 anos) 298. Idoso (3001-3010 anos) 299. Idoso (3011-3020 anos) 300. Idoso (3021-3030 anos) 301. Idoso (3031-3040 anos) 302. Idoso (3041-3050 anos) 303. Idoso (3051-3060 anos) 304. Idoso (3061-3070 anos) 305. Idoso (3071-3080 anos) 306. Idoso (3081-3090 anos) 307. Idoso (3091-3100 anos) 308. Idoso (3101-3110 anos) 309. Idoso (3111-3120 anos) 310. Idoso (3121-3130 anos) 311. Idoso (3131-3140 anos) 312. Idoso (3141-3150 anos) 313. Idoso (3151-3160 anos) 314. Idoso (3161-3170 anos) 315. Idoso (3171-3180 anos) 316. Idoso (3181-3190 anos) 317. Idoso (3191-3200 anos) 318. Idoso (3201-3210 anos) 319. Idoso (3211-3220 anos) 320. Idoso (3221-3230 anos) 321. Idoso (3231-3240 anos) 322. Idoso (3241-3250 anos) 323. Idoso (3251-3260 anos) 324. Idoso (3261-3270 anos) 325. Idoso (3271-3280 anos) 326. Idoso (3281-3290 anos) 327. Idoso (3291-3300 anos) 328. Idoso (3301-3310 anos) 329. Idoso (3311-3320 anos) 330. Idoso (3321-3330 anos) 331. Idoso (3331-3340 anos) 332. Idoso (3341-3350 anos) 333. Idoso (3351-3360 anos) 334. Idoso (3361-3370 anos) 335. Idoso (3371-3380 anos) 336. Idoso (3381-3390 anos) 337. Idoso (3391-3400 anos) 338. Idoso (3401-3410 anos) 339. Idoso (3411-3420 anos) 340. Idoso (3421-3430 anos) 341. Idoso (3431-3440 anos) 342. Idoso (3441-3450 anos) 343. Idoso (3451-3460 anos) 344. Idoso (3461-3470 anos) 345. Idoso (3471-3480 anos) 346. Idoso (3481-3490 anos) 347. Idoso (3491-3500 anos) 348. Idoso (3501-3510 anos) 349. Idoso (3511-3520 anos) 350. Idoso (3521-3530 anos) 351. Idoso (3531-3540 anos) 352. Idoso (3541-3550 anos) 353. Idoso (3551-3560 anos) 354. Idoso (3561-3570 anos) 355. Idoso (3571-3580 anos) 356. Idoso (3581-3590 anos) 357. Idoso (3591-3600 anos) 358. Idoso (3601-3610 anos) 359. Idoso (3611-3620 anos) 360. Idoso (3621-3630 anos) 361. Idoso (3631-3640 anos) 362. Idoso (3641-3650 anos) 363. Idoso (3651-3660 anos) 364. Idoso (3661-3670 anos) 365. Idoso (3671-3680 anos) 366. Idoso (3681-3690 anos) 367. Idoso (3691-3700 anos) 368. Idoso (3701-3710 anos) 369. Idoso (3711-3720 anos) 370. Idoso (3721-3730 anos) 371. Idoso (3731-3740 anos) 372. Idoso (3741-3750 anos) 373. Idoso (3751-3760 anos) 374. Idoso (3761-3770 anos) 375. Idoso (3771-3780 anos) 376. Idoso (3781-3790 anos) 377. Idoso (3791-3800 anos) 378. Idoso (3801-3810 anos) 379. Idoso (3811-3820 anos) 380. Idoso (3821-3830 anos) 381. Idoso (3831-3840 anos) 382. Idoso (3841-3850 anos) 383. Idoso (3851-3860 anos) 384. Idoso (3861-3870 anos) 385. Idoso (3871-3880 anos) 386. Idoso (3881-3890 anos) 387. Idoso (3891-3900 anos) 388. Idoso (3901-3910 anos) 389. Idoso (3911-3920 anos) 390. Idoso (3921-3930 anos) 391. Idoso (3931-3940 anos) 392. Idoso (3941-3950 anos) 393. Idoso (3951-3960 anos) 394. Idoso (3961-3970 anos) 395. Idoso (3971-3980 anos) 396. Idoso (3981-3990 anos) 397. Idoso (3991-4000 anos) 398. Idoso (4001-4010 anos) 399. Idoso (4011-4020 anos) 400. Idoso (4021-4030 anos) 401. Idoso (4031-4040 anos) 402. Idoso (4041-4050 anos) 403. Idoso (4051-4060 anos) 404. Idoso (4061-4070 anos) 405. Idoso (4071-4080 anos) 406. Idoso (4081-4090 anos) 407. Idoso (4091-4100 anos) 408. Idoso (4101-4110 anos) 409. Idoso (4111-4120 anos) 410. Idoso (4121-4130 anos) 411. Idoso (4131-4140 anos) 412. Idoso (4141-4150 anos) 413. Idoso (4151-4160 anos) 414. Idoso (4161-4170 anos) 415. Idoso (4171-4180 anos) 416. Idoso (4181-4190 anos) 417. Idoso (4191-4200 anos) 418. Idoso (4201-4210 anos) 419. Idoso (4211-4220 anos) 420. Idoso (4221-4230 anos) 421. Idoso (4231-4240 anos) 422. Idoso (4241-4250 anos) 423. Idoso (4251-4260 anos) 424. Idoso (4261-4270 anos) 425. Idoso (4271-4280 anos) 426. Idoso (4281-4290 anos) 427. Idoso (4291-4300 anos) 428. Idoso (4301-4310 anos) 429. Idoso (4311-4320 anos) 430. Idoso (4321-4330 anos) 431. Idoso (4331-4340 anos) 432. Idoso (4341-4350 anos) 433. Idoso (4351-4360 anos) 434. Idoso (4361-4370 anos) 435. Idoso (4371-4380 anos) 436. Idoso (4381-4390 anos) 437. Idoso (4391-4400 anos) 438. Idoso (4401-4410 anos) 439. Idoso (4411-4420 anos) 440. Idoso (4421-4430 anos) 441. Idoso (4431-4440 anos) 442. Idoso (4441-4450 anos) 443. Idoso (4451-4460 anos) 444. Idoso (4461-4470 anos) 445. Idoso (4471-4480 anos) 446. Idoso (4481-4490 anos) 447. Idoso (4491-4500 anos) 448. Idoso (4501-4510 anos) 449. Idoso (4511-4520 anos) 450. Idoso (4521-4530 anos) 451. Idoso (4531-4540 anos) 452. Idoso (4541-4550 anos) 453. Idoso (4551-4560 anos) 454. Idoso (4561-4570 anos) 455. Idoso (4571-4580 anos) 456. Idoso (4581-4590 anos) 457. Idoso (4591-4600 anos) 458. Idoso (4601-4610 anos) 459. Idoso (4611-4620 anos) 460. Idoso (4621-4630 anos) 461. Idoso (4631-4640 anos) 462. Idoso (4641-4650 anos) 463. Idoso (4651-4660 anos) 464. Idoso (4661-4670 anos) 465. Idoso (4671-4680 anos) 466. Idoso (4681-4690 anos) 467. Idoso (4691-4700 anos) 468. Idoso (4701-4710 anos) 469. Idoso (4711-4720 anos) 470. Idoso (4721-4730 anos) 471. Idoso (4731-4740 anos) 472. Idoso (4741-4750 anos) 473. Idoso (4751-4760 anos) 474. Idoso (4761-4770 anos) 475. Idoso (4771-4780 anos) 476. Idoso (4781-4790 anos) 477. Idoso (4791-4800 anos) 478. Idoso (4801-4810 anos) 479. Idoso (4811-4820 anos) 480. Idoso (4821-4830 anos) 481. Idoso (4831-4840 anos) 482. Idoso (4841-4850 anos) 483. Idoso (4851-4860 anos) 484. Idoso (4861-4870 anos) 485. Idoso (4871-4880 anos) 486. Idoso (4881-4890 anos) 487. Idoso (4891-4900 anos) 488. Idoso (4901-4910 anos) 489. Idoso (4911-4920 anos) 490. Idoso (4921-4930 anos) 491. Idoso (4931-4940 anos) 492. Idoso (4941-4950 anos) 493. Idoso (4951-4960 anos) 494. Idoso (4961-4970 anos) 495. Idoso (4971-4980 anos) 496. Idoso (4981-4990 anos) 497. Idoso (4991-5000 anos) 498. Idoso (5001-5010 anos) 499. Idoso (5011-5020 anos) 500. Idoso (5021-5030 anos) 501. Idoso (5031-5040 anos) 502. Idoso (5041-5050 anos) 503. Idoso (5051-5060 anos) 504. Idoso (5061-5070 anos) 505. Idoso (5071-5080 anos) 506. Idoso (5081-5090 anos) 507. Idoso (5091-5100 anos) 508. Idoso (5101-5110 anos) 509. Idoso (5111-5120 anos) 510. Idoso (5121-5130 anos) 511. Idoso (5131-5140 anos) 512. Idoso (5141-5150 anos) 513. Idoso (5151-5160 anos) 514. Idoso (5161-5170 anos) 515. Idoso (5171-5180 anos) 516. Idoso (5181-5190 anos) 517. Idoso (5191-5200 anos) 518. Idoso (5201-5210 anos) 519. Idoso (5211-5220 anos) 520. Idoso (5221-5230 anos) 521. Idoso (5231-5240 anos) 522. Idoso (5241-5250 anos) 523. Idoso (5251-5260 anos) 524. Idoso (5261-5270 anos) 525. Idoso (5271-5280 anos) 526. Idoso (5281-5290 anos) 527. Idoso (5291-5300 anos) 528. Idoso (5301-5310 anos) 529. Idoso (5311-5320 anos) 530. Idoso (5321-5330 anos) 531. Idoso (5331-5340 anos) 532. Idoso (5341-5350 anos) 533. Idoso (5351-5360 anos) 534. Idoso (5361-5370 anos) 535. Idoso (5371-5380 anos) 536. Idoso (5381-5390 anos) 537. Idoso (5391-5400 anos) 538. Idoso (5401-5410 anos) 539. Idoso (5411-5420 anos) 540. Idoso (5421-5430 anos) 541. Idoso (5431-5440 anos) 542. Idoso (5441-5450 anos) 543. Idoso (5451-5460 anos) 544. Idoso (5461-5470 anos) 545. Idoso (5471-5480 anos) 546. Idoso (5481-5490 anos) 547. Idoso (5491-5500 anos) 548. Idoso (5501-5510 anos) 549. Idoso (5511-5520 anos) 550. Idoso (5521-5530 anos) 551. Idoso (5531-5540 anos) 552. Idoso (5541-5550 anos) 553. Idoso (5551-5560 anos) 554. Idoso (5561-5570 anos) 555. Idoso (5571-5580 anos) 556. Idoso (5581-5590 anos) 557. Idoso (5591-5600 anos) 558. Idoso (5601-5610 anos) 559. Idoso (5611-5620 anos) 560. Idoso (5621-5630 anos) 561. Idoso (5631-5640 anos) 562. Idoso (5641-5650 anos) 563. Idoso (5651-5660 anos) 564. Idoso (5661-5670 anos) 565. Idoso (5671-5680 anos) 566. Idoso (5681-5690 anos) 567. Idoso (5691-5700 anos) 568. Idoso (5701-5710 anos) 569. Idoso (5711-5720 anos) 570. Idoso (5721-5730 anos) 571. Idoso (5731-5740 anos) 572. Idoso (5741-5750 anos) 573. Idoso (5751-5760 anos) 574. Idoso (5761-5770 anos) 575. Idoso (5771-5780 anos) 576. Idoso (5781-5790 anos) 577. Idoso (5791-5800 anos) 578. Idoso (5801-5810 anos) 579. Idoso (5811-5820 anos) 580. Idoso (5821-5830 anos) 581. Idoso (5831-5840 anos) 582. Idoso (5841-5850 anos) 583. Idoso (5851-5860 anos) 584. Idoso (5861-5870 anos) 585. Idoso (5871-5880 anos) 586. Idoso (5881-5890 anos) 587. Idoso (5891-5900 anos) 588. Idoso (5901-5910 anos) 589. Idoso (5911-5920 anos) 590. Idoso (5921-5930 anos) 591. Idoso (5931-5940 anos) 592. Idoso (5941-5950 anos) 593. Idoso (5951-5960 anos) 594. Idoso (5961-5970 anos) 595. Idoso (5971-5980 anos) 596. Idoso (5981-5990 anos) 597. Idoso (5991-6000 anos) 598. Idoso (6001-6010 anos) 599. Idoso (6011-6020 anos) 600. Idoso (6021-6030 anos) 601. Idoso (6031-6040 anos) 602. Idoso (6041-6050 anos) 603. Idoso (6051-6060 anos) 604. Idoso (6061-6070 anos) 605. Idoso (6071-6080 anos) 606. Idoso (6081-6090 anos) 607. Idoso (6091-6100 anos) 608. Idoso (6101-6110 anos) 609. Idoso (6111-6120 anos) 610. Idoso (6121-6130 anos) 611. Idoso (6131-6140 anos) 612. Idoso (6141-6150 anos) 613. Idoso (6151-6160 anos) 614. Idoso (6161-6170 anos) 615. Idoso (6171-6180 anos) 616. Idoso (6181-6190 anos)				

21
8

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Dilany Pereira dos Santos, brasileira, solteira, estudante, portador do RG n.º 6768503, expedido por SDS - PE, CPF n.º 053.877.664-18, residente na Rua Pedro Marques de Siqueira, nº 07, Bairro Rosário, Triunfo - PE, CEP 56.870-000

OUTORGADO: Dr. Francisco Nunes de Queiroz, brasileiro, casado, Advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco, sob o n.º 17.041, com endereço profissional na R. Dr. Fraga Rocha, n.º 156, Centro, Fone: 87. 3848.0093, CEP. : 56.640-000, Custódia - PE.

PODERES: Amplos e ilimitados para o Foro em Geral, insertos nas Cláusulas "**AD JUDITIA ET EXTRA**" em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo para tanto, tudo requerer por via Judicial ou Administrativa em qualquer repartição pública ou particular, podendo, ainda, ajuizar, concordar, discordar, assinar, receber, passar recibo, dar quitação, prestar as primeiras declarações, desistir, insistir, transigir, **substabelecer com ou sem reservas de poderes**, e tudo mais praticar para o BOM e FIEL desempenho deste Mandato.

Serra Talhada - PE, 08 de Julho de 2009.

Dilany Pereira dos Santos
Dilany Pereira dos Santos





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU/PE

Processo nº 002316/2009-00

BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS, sociedade seguradora de capital privado, estabelecida na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, n.º 225, Rio Comprido, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 92682038/0001-00, por seu advogado abaixo assinado, nos autos da Ação de Cobrança, acima epigrafada, movida por **DILANY PEREIRA DOS SANTOS**, vem ofertar, tempestivamente, sua

CONTESTAÇÃO,

com fulcro nos artigos 30 e seguintes da Lei 9.099/95 e demais cominações legais pertinentes à espécie, pelas razões, de fato e de direito, a seguir articuladas:

SÍNTESE DA REALIDADE DOS FATOS

Conforme se depreende da peça inaugural, alega a Autora, ser beneficiária do Seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico, ocorrido em **01/03/2008**, no qual teria sofrido danos pessoais ocasionando sua invalidez permanente.

Como se vê, ingressou com a presente demanda objetivando o recebimento da diferença entre o montante recebido na esfera administrativa e R\$ 13.500,00.

Na verdade, a verba pleiteada já foi paga, **conforme valor tabelado pelo Poder Público competente**, tendo sido quitada pela seguradora **MBM SEGURADORA S/A**, sendo certo que naquela ocasião, foi outorgada quitação em relação ao sinistro narrado na exordial, tendo recebido a quantia de **R\$ 1.687,50**, no que tange a indenização referente à sua alegada invalidez, exatamente como determina a legislação atinente à espécie.

Por tal razão, o pleito inaugural é totalmente despido de respaldo legal, como se demonstrará no curso desta peça de bloqueio.





ESCLARECIMENTOS INICIAIS

Inicialmente, a Ré sente-se no dever de trazer à colação os fatos a seguir reportados, por entender que o conhecimento dos mesmos seria de todo conveniente ao perfeito juízo de Vossa Excelência para o julgamento da presente lide.

Ressalta-se, primeiramente, o fato de que as indenizações do seguro obrigatório DPVAT não são pagas em razão da profissão das vítimas, mas em razão da invalidez ou morte. A dona de casa recebe o mesmo valor indenizatório que um jogador de futebol, uma criança, uma modelo ou um aposentado.

Portanto, **é preciso observar o limite máximo indenizável** para a lesão descrita pela Autora, bem como verificar, através de laudo do IML, o grau da mesma para que a indenização seja justa e dentro do limite da invalidez existente.

Conforme confessado pela própria Autora e comprovado pelo recibo de pagamento anexado às fls., em 11/05/2009, foi paga a quantia de R\$ 1.687,50, tendo em vista a invalidez apresentada pelo mesmo, apurada em sede administrativa. Frise-se que este valor corresponde a 12,5% (grau da perda de função) de R\$ 13.500,00, (valor máximo atual indenizável).

Portanto, o valor pago administrativamente levou em consideração a tabela que regulamenta a alínea "b" do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, cuja cópia segue em anexo, razão pela qual não há nenhum valor a ser completado, conforme se verá a seguir.

Era o que cumpria à ré registrar, para ciência deste I. Juízo, antes de iniciar a explanação contestatória.

PRELIMINARMENTE

DA IMPRESCINDÍVEL RETIFICAÇÃO DO PÓLO PASSIVO

De acordo com o espelho do MEGADATA acostado aos autos, verifica-se que já foi pago a quantia de R\$ 1.687,50, à título de indenização do seguro DPVAT, na esfera administrativa, referente ao sinistro ocorrido em 01/03/2008.

Tal afirmativa se comprova com a consulta realizada no sistema de Computações MEGADATA, cujo funcionamento se expõe a seguir.

2





A MEGADATA COMPUTAÇÕES, empresa de processamento de dados, cadastra todas as informações pertinentes ao DPVAT, desde a data do pagamento do prêmio, que é feito através do IPVA, até os elementos relacionados com o sinistro, quando este ocorre.

Entre esses últimos elementos armazenados, figuram a data do pagamento do sinistro, o valor, o número do cheque e o nome do beneficiário do pagamento, que tanto pode ser o próprio ou o seu procurador, com poderes para tal, bem como a seguradora que efetuou o pagamento.

Assim, através de pesquisas realizadas junto ao MEGADATA, a Ré constatou pelo código 6084, que consta na parte superior esquerda da tela do referido sistema, que a indenização em questão foi paga através da MBM SEGURADORA S/A .

Deste modo, aponta-se a ilegitimidade da Ré para figurar no pólo passivo da presente ação, pois conforme acima mencionado, nesse caso concreto, tem-se que o pagamento administrativo não foi realizado pela Ré.

Não obstante, temos que deve constar no pólo passivo da presente demanda a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ sob número 09.248.608/0001-04 e não a Ré.

Conforme prevê o artigo 5º da resolução do CNSP nº. 154 de 2006, as sociedades seguradoras que operam no seguro DPVAT devem aderir a dois consórcios específicos, **com entidade líder**, nos termos do parágrafo 3º do mesmo dispositivo legal.

Além disto, o artigo 1º da portaria nº. 2797/2007 da SUSEP concede autorização à **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** ratificando, no artigo 2º, sua função de entidade líder dos consórcios, sendo certo que ela deve representar as seguradoras do consórcio.

Para que não haja quaisquer dúvidas acerca da necessidade de inclusão da Seguradora Líder no pólo passivo e exclusão da ré, basta observar o disposto no parágrafo 8º do mesmo artigo 5º da resolução em comento, senão vejamos:

“Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes”

Diante disso, considerando que a presente demanda versa sobre o pagamento de diferença de indenização relativa ao seguro DPVAT, e que o pagamento administrativo não foi feito pela Ré, é evidente que se faz necessária a retificação do pólo passivo da demanda, para que passe a constar a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ sob número 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º. andar, Centro, Cep.: 20031-205, Rio de Janeiro/RJ.





Não obstante, segue anexo a portaria e a resolução em comento, a fim de dirimir eventuais dúvidas existentes.

DA INCOMPETÊNCIA DO JUIZO FACE À NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA

Conforme se verifica nos autos, a Autora não juntou Laudo Médico do IML atestando o **grau** da sua alegada invalidez permanente. Sendo assim, o Laudo anexado não se presta para comprovar o grau de invalidez sofrida, razão pela qual imprescindível se faz à produção de prova pericial técnica.

Ora, se a Autora pretende receber alguma verba a título de diferença de indenização do seguro DPVAT, deve comprovar a existência da debilidade, seu grau e seu nexos com o acidente noticiado.

Trata-se, portanto, de matéria eminentemente técnica, carecedora da produção de prova pericial para ser dirimida. Daí emerge a incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciar esta questão.

Ainda a propósito e como robusto suporte à sua tese, a ré traz à colação as seguintes ementas relativas a decisões de E. Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Rio de Janeiro, prestigiando o entendimento supra exposto:

Ementa nº 179 - "O Juizado Especial não tem competência para apreciar causas em que o valor supera o limite expresso no artigo 3º da Lei nº 9.099/95 e naquelas de maior complexidade, **a exigir produção de prova incompatível com seus princípios norteadores** (trecho grifado). Se a lide desatende a tais pressupostos, impõe-se a extinção do processo, sem exame do mérito" (Recurso nº 33-7/98. 1ª Turma Recursal Cível – Unânime – Relator Juiz Henrique Carlos de Andrade Figueira – Julg. 11/02/98).

Ementa nº 387 - "Perícia não realizada. Feito que comporta perícia de relevante complexidade. Inadmissibilidade de perícia de grande complexidade no JEC Decisão reformada. Julgado extinto o processo, sem adentrar no mérito. (Recurso nº. 2253-7 - 6ª. Turma Recursal - Unânime – Relator Juiz Antônio Saldanha Palheiro – Julg. 24/11/98)."

Ementa nº 36 – "A questão de menor complexidade, aludida no artigo 3º da Lei nº 9.099/92, diz respeito à prova pericial e ao valor, que suplanta os 40 salários mínimos, nas hipóteses em que a norma acima indicada estabelece a competência, observando tal critério. A complexidade técnico-jurídica da matéria não afasta a competência dos Juizados. **Assim, a questão de maior complexidade é aquela que exige maior dilação probatória em prova técnica** (trecho grifado) ou que suplanta 40 salários mínimos, na hipótese de competência **ratione valoris**...(7ª Turma Recursal – Recurso nº 184/97 – Rel. Juiz Carlos Eduardo da Rosa da

4

Rio de Janeiro – Av. Rio Branco, 245 - 7º e 8º andares - RJ - Tel: (21) 4501-0018 - Fax: (21) 4501-0059/0060
São Paulo – Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 732/766 - 7º andar – Jardim Paulista-SP - Cep 01403-003
E-mail: juridico4@negriniadvogados.com.br RLM/146405





Fonseca Passos). (**Nota:** Ementa transcrita parcialmente, visto que sua parte final não pertence à matéria agitada).

Significativo, igualmente, o entendimento do MM Juiz do JEC de Campina Grande-PB, expresso em sentença de 01.02.2002, proferida no processo nº 00120010225900, sob a seguinte ementa:

“AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – Ausência de conciliação – Instrução do feito – Preliminar de Necessidade de Requisição de Perícia Técnica. Acolhimento. Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito.

“Afigurando-se indispensável a realização de perícia técnica para a aferição do grau de invalidez permanente, faz o feito desaguar na grande complexidade, dando margem à extinção do processo sem julgamento do mérito. Inteligência dos arts. 3º e 51, inciso II, da Lei 9.099/95.”

Sem dúvida, este bloqueio afronta o constitucional princípio do contraditório e do amplo direito de defesa.

Em decorrência, a ré requer que Vossa Excelência se digne de determinar a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, II, da lei nº 9.099/95.

Data máxima vênua, na remota hipótese de ser ultrapassada a preliminar acima, o que se admite por argumentar, utilizando-se do direito de ampla defesa, segue a contestação aos fatos narrados na exordial :

DO DESCABIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

A antecipação da tutela tem sua previsão legal no art. 273 do CPC, composto do *caput*, dois incisos e sete parágrafos, todos a seguir transcritos para facilitar a análise da questão:

“Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

***I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou
II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.***

§ 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

5

Rio de Janeiro – Av. Rio Branco, 245 - 7º e 8º andares - RJ - Tel: (21) 4501-0018 - Fax: (21) 4501-0059/0060
São Paulo – Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 732/766 - 7º andar – Jardim Paulista-SP - Cep 01403-003
E-mail: juridico4@negriniadvogados.com.br RLM/146405





§ 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme a sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.

§ 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.”

§ 7º Se a Autora, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado”.

O regramento processual estabelece, em primeiro lugar, que a tutela não pode ser antecipada de ofício. Precisa ser requerida pela parte. Em seguida, o *caput* da norma trata da **verossimilhança da alegação** da Autora (*fumus boni juris*), **da qual exige prova inequívoca**. Além disso, a concessão exige mais um dos pressupostos contidos nos incisos I e II, o primeiro deles referente ao *periculum in mora* (“fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação”) e o segundo no abuso de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (situação semelhante ao dano processual tratado no art. 17, I, do CPC, cuja **caracterização é exigida rigorosamente**).

A alegação da inicial contraria o que a Lei estabelece, pois o “*periculum in mora*” é de o devedor vir a ser insolvente e não de o credor estar em estado de necessidade.

Constata-se que não basta a presença de **apenas um** dos pressupostos. O do *caput* (*fumus boni juris*) tem que ser concomitante com um dos dois incisos (*periculum in mora*) ou abuso de defesa. A jurisprudência é serena e pacífica quanto a isso. Vejam-se estes exemplos:

“A decisão de antecipar a tutela haverá de mostrar que, além de presente um dos requisitos dos itens I e II do art. 273 do CPC, havia razões suficientes, **baseadas em prova inequívoca** (grifamos), capazes de convencer da verossimilhança da alegação. **O não atendimento a essa exigência conduz à nulidade**” (idem). (STJ-3ª Turma, REsp 162.700-MT).

“Ainda que possível, em casos excepcionais, o deferimento liminar da tutela antecipada, **não se dispensa o preenchimento dos requisitos legais** (grifamos), assim a ‘prova inequívoca’, a ‘verossimilhança da alegação’, o ‘fundado receio de dano irreparável’, o ‘abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu’, ademais da verificação da existência de ‘perigo de irreversibilidade do

6





provimento antecipado', **tudo em despacho fundamentado de modo claro e preciso** (grifamos). O despacho que defere liminarmente a antecipação da tutela com apoio, apenas, na demonstração do 'fumus boni juris' e do 'periculum in mora' **malfeire a disciplina do art. 273 do CPC** (grifamos), à medida que deixa de lado os rigorosos requisitos impostos pelo legislador para a salutar inovação trazida pela Lei 8.952/94" (STJ-3ª Turma – REsp 131.853-SC).

Com todo o respeito, o despacho concedente do juízo singular **não** demonstra a prova inequívoca, porque prova inequívoca é aquela a respeito da qual não mais se admite qualquer discussão, o que não é o caso dos autos. O despacho também **não** se detém na verificação da existência de "perigo de irreversibilidade do provimento antecipado". Além disso, **não** há a indispensável concomitância de pressupostos, o que fulmina a decisão de nulidade, **eis que malfeire a disciplina do art. 273 do CPC**.

Como visto, ao acolher a antecipação da tutela fundada em argumentos improcedentes, Sua Excelência, concedeu, *data venia*, o que não se admite nem mesmo em processo executivo, no qual o devedor de obrigação líquida, certa e exigível, constante do título executivo, tem o direito de indicar o bem a ser penhorado.

Na verdade, a concessão da tutela não antecipa simplesmente a sentença de mérito. Antecipa, sim, a própria execução dessa sentença, que, por si só, não produziria os efeitos que irradiam da tutela antecipada.

Diante da profunda conseqüência que tem o provimento da tutela, lei e a jurisprudência revestem de salutar precaução as condições imprescindíveis à sua concessão, tanto assim que a execução da tutela antecipada há de se fazer com base nos mesmos princípios legais reguladores da execução provisória: **não se transfere o domínio do bem penhorado**.

É necessário ter sempre presente que, no seguro obrigatório DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado "*regulação de sinistro*", que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.

O seguro obrigatório DPVAT não conduz os pressupostos de liquidez, certeza e exigibilidade. Não se traduz em crédito previamente líquido e certo, incondicionado, posto que suscetível de muitas variantes e controvérsias, quer no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexo causal com o acidente de trânsito, legitimidade do beneficiário do seguro, *quantum* indenizável etc.

A tutela antecipada autorizada pelo comentado art. 273 do CPC tem por escopo a satisfação do direito subjetivo da Autora, de modo a evitar o risco da sua inutilidade e, em decorrência, o provimento judicial definitivo poderia restar frustrado.

7





Em absoluto, essa não é a hipótese dos autos, eis que:

a - não há prova inequívoca da verossimilhança do direito da Autora, posto que a postulação indenizatória do seguro DPVAT é passível de controvérsia e do contraditório;

b - não há qualquer receio de dano irreparável ou de difícil reparação, pois, se eventualmente condenada irrecorivelmente, a agravante tem condição financeira para prover sua obrigação;

c - não há abuso de direito de defesa, porque a pretensão da Autora não encontra amparo na legislação aplicável ao fato que seria gerador da obrigação da agravante. Inexiste qualquer evidência de resistência absurda ao direito da (o) agravada (o);

d - há, isto sim, perigo em potencial de irreversibilidade do provimento, o que se deduz de simples análise da situação econômico-financeira da (o) agravada (o).

Por isso, como já dito, o pedido e o despacho concedente de antecipação da tutela não se revestem dos pressupostos deferidores da sua concessão, previstos no art. 273 do CPC.

Acrescente-se que não assiste razão à parte autoral nem mesmo quanto ao recebimento do valor postulado, conforme será demonstrado no curso desta contestação.

Por tais razões, a ré requer que seja revogada a decisão que concedeu a tutela antecipada, o que pode ser feito a qualquer tempo (CPC, art. 273, § 4º), mesmo após a prolação da sentença, como admite a jurisprudência. Em decorrência, devem cessar de imediato os efeitos da antecipação da tutela, pois a decisão de Vossa Excelência, em desacordo com a previsão legal pertinente e com a jurisprudência, contraria também toda a sistemática processual: **a Autora, que não tem título executivo e promoveu uma ação de conhecimento, obteve, liminarmente, um provimento judicial, que é indisponível ao credor que ajuíza uma execução!**

DA INAPLICABILIDADE DE MULTA DIÁRIA

Nosso ordenamento jurídico não prevê a aplicação de multa diária nas obrigações de dar. O cabimento do preceito cominatório é adstrito às hipóteses de cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, conforme expressa taxativamente o art. 52, V da Lei n. 9.099/95.

Além de mansa e pacífica jurisprudência neste sentido, foi inclusive editada súmula do Supremo Tribunal Federal corroborando este entendimento e vedando peremptoriamente a multa diária nas obrigações de dar:

8

Rio de Janeiro – Av. Rio Branco, 245 - 7º e 8º andares - RJ - Tel: (21) 4501-0018 - Fax: (21) 4501-0059/0060
São Paulo – Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 732/766 - 7º andar – Jardim Paulista-SP - Cep 01403-003
E-mail: juridico4@negriniadvogados.com.br RLM/146405





Ademais, a ré ao oferecer a resistência à pretensão deduzida em juízo, o faz baseado em arrimo legal e fático bastante plausível e em pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Apenas corroborando, a interpretação lógico-sistemática de nosso estatuto de ritos não deixa qualquer dúvida quanto ao descabimento da multa mencionada à hipótese de que tratam os autos, pois além de não possuir previsão legal, contraria a ordem legal e submete a ré à onerosidade antijurídica.

Todavia a imposição de multa diária ofende a Lei n.º 9.099/95 - art. 52, V - fere a Constituição Federal no que tange ao Devido Processo Legal.

DO MÉRITO

DA NÃO COMPROVAÇÃO DO GRAU DA INVALIDEZ DA AUTORA

PARA FAZER JUS AO RECEBIMENTO DE UMA SUPOSTA DIFERENÇA, A AUTORA DEVERIA TER TRAZIDO AOS AUTOS UM NOVO LAUDO PERICIAL QUE ATESTASSE UM GRAU MAIOR DE SUA INVALIDEZ, JUSTIFICANDO ASSIM O SEU PLEITO, O QUE NÃO OCORREU.

Para a realização do pagamento da cobertura do seguro DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico sofrido, existe a necessidade de **comprovação da lesão de caráter permanente**, assim como o **GRAU** de invalidez permanente sofrida.

Constata-se que **NÃO HÁ** nos autos o **Laudo do Instituto Médico Legal** certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da Autora, elementos imprescindíveis para que possa ser fixada a indenização correspondente, de acordo com a tabela específica, como previsto na lei e nas normas disciplinadoras.

A sistemática acima para demonstrar a **imprescindibilidade de apuração acerca de grau superior ao apurado em sede administrativa** é utilizada por muitos magistrados do país. Para ilustrar, destacamos as decisões dos Juízes Margarida Fuhr e ANDRÉ OLIVEIRA GUIMARÃES nos autos dos processos nº 039/3.09.0001753-3 e 001.2009.110415-8, do Juizado Especial Cível da Comarca de Viamão/RS e Oitava Vara Cível Capital/PE, respectivamente:

“...No caso dos autos a Autora não alega nem demonstra que o grau de sua invalidez foi superior ao apurado e pago de forma administrativa, apenas pleiteia a complementação da indenização, razão pela qual seu pedido deve ser desacolhido. Isto posto, opino pela improcedência do pedido.”





“...De logo, ante a pertinência ao caso, é de ser ressaltado que a preposição “até” constante da alínea “b” do dispositivo acima transcrito indica que o valor da indenização, no caso de invalidez permanente, não é invariável ou fixo, mas pode variar até o limite máximo de R\$ 13.500,00...

... Nas hipóteses de invalidez, o valor indenizável obedece ao percentual de incapacidade provocado pela lesão, conforme estabelecido na tabela emitida pela Susep (Superintendência de Seguros Privados) para cálculo da indenização em caso de invalidez permanente...”

...Assim, não havendo norma de regência expressa determinando valor indenizatório único para todo e qualquer caso de invalidez, seria ônus processual da Autora oferecer prova hábil que lhe enquadrasse em um dos casos de invalidez para o qual está previsto o valor indenizatório máximo por ele pretendido...

No mesmo sentido, tal comprovação de graduação superior à apurada em sede administrativa também foi alvo de discussão no TJ/RS, conforme ementa a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL N.º 70021192570 – SEXTA CÂMARA CÍVEL TJ/RS – M.D. RELATOR DR. UBIRAJARA MACH DE OLIVEIRA.

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. COBRANÇA DE DIFERENÇA INDENIZATÓRIA. INTERPRETAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI N.º 6.194/74. ADMISSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TABELA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS PARA O CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO, NO CASO CONCRETO, DO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA. AÇÃO QUE SE JULGA IMPROCEDENTE.

As Turmas Recursais do Ceará já se posicionaram de maneira favorável ao entendimento exposto nesta contestação, conforme se verifica na Ementa abaixo transcrita:

Recurso Cível: 2008.0027.7605-3/1
Origem: Vara única da Comarca de Hidrolândia
Recorrente: Bradesco Auto / RE Cia. de Seguros
Recorrido: Arildes Pereira Xavier
Relator: Dr. Henrique Jorge Granja de Castro

EMENTA:
SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. NÃO CONFIGURAÇÃO. EXIGÊNCIA DE PROVA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE LESÃO MAIS GRAVE DO QUE A AFERIDA ADMINISTRATIVAMENTE. APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS 10 E 11 DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO.

10





Assim, é que existe nos autos, documento que não comprova o GRAU da referida lesão, impossibilitando a quantificação de um suposto valor indenizatório a título de diferença.

Pelo exposto, requer a reforma da r. sentença, para que a ação seja julgada improcedente.

<p align="center">DA PLENA VALIDADE DA QUITAÇÃO OUTORGADA PELA AUTORA À MBM SEGURADORA S/A</p>

Conforme confessado pela Autora em sua peça inaugural, esta recebeu da congênere a importância de **R\$ 1.687,50**, a título de indenização de seguro obrigatório DPVAT, devido a invalidez permanente da mesma, referente a **12,5% do valor máximo indenizável à época do pagamento administrativo devido a invalidez apresentada pela Autora.**

Assim, ao receber o valor determinado pelo CNSP, a Autora outorgou à congênere plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide.

Como em nenhum momento, a Autora requereu a desconstituição da quitação por ela outorgada e sequer pretendeu rescindir o pagamento ou questionar a validade da quitação.

E não o fez porque, para assim pretender e requerer, precisaria provar que o negócio jurídico seria anulável, por estar maculado com um dos vícios elencados no inciso II do art. 171 do novo Código Civil, que praticamente repete os termos do inciso II do art. 147 do Código Civil de 1916, com esta redação:

“É anulável o ato jurídico:

II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude”.

A inicial comprova que a Autora não fez qualquer pedido no sentido de desconstituir a quitação anteriormente firmada. O objeto da lide é tão somente a condenação da ré na suposta diferença existente entre o valor recebido e o que, no entender da Autora, lhe seria devido.

Assim, tendo recebido, sem ressalvas, a indenização devida e cabível e não tendo pleiteado a desconstituição da quitação juridicamente perfeita outorgada à congênere, falece a Autora o direito de requerer a alegada diferença, porque a quitação tem a finalidade imediata e precípua de desonerar o devedor de toda e qualquer responsabilidade acerca da obrigação quitada.





Como não houve alegação e comprovação de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude e como a Autora em momento algum ataca a autenticidade do recibo firmado, este por si só exaure qualquer outra pretensão complementar.

Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, pois não é lícito rediscutir crédito quitado, sob pena de se ferir ato jurídico perfeito.

De fato, a ausência do pedido de desconstituição da quitação implica, em primeiro lugar, na validade desta. Em segundo lugar, qualquer concessão neste sentido seria *extra petita*.

Deste modo, resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda, com a condenação da Autora nas verbas sucumbenciais.

DO VALOR INDENIZATÓRIO

Primeiramente, antes de falarmos do *quantum* indenizatório, deve-se questionar o valor pleiteado pela Autora, eis que, equivocadamente, afirma na exordial, que a indenização devida por invalidez permanente é de R\$ 13.500,00.

Na verdade, o artigo 3º da Lei 6.197/74, **modificado pela Lei 11.482/07**, é composto por 3 (três) alíneas e, como pode ser visto na alínea “b”, esta trata das indenizações pagas por invalidez permanente. Por certo, existe ali a preposição **ATÉ**, suprimida pela Autora, por ser de seu interesse.

Portanto, o valor pago administrativamente levou em consideração a tabela que regulamenta a alínea “b” do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, **modificado pela Lei 11.482/07**, cuja cópia segue em anexo, razão pela qual não há nenhum valor a ser completado, conforme se verá a seguir.

A PREPOSIÇÃO “ATÉ” NOS PERMITE ENTENDER, FACILMENTE, QUE A INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ DEVE ATENTAR PARA O EFETIVO GRAU PERCENTUAL DE REDUÇÃO FUNCIONAL DO MEMBRO OU ÓRGÃO LESIONADO. PARA TANTO O CNSP, COM RESPALDO NO ARTIGO 12 DA LEI 6.194/74, EXPEDIU RESOLUÇÃO COM TABELA GRADATIVA, CONFORME VEREMOS OPORTUNAMENTE NESTA PEÇA.

Pela simples leitura do inciso “b” do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, **modificado pela Lei 11.482/07** percebe-se que, na verdade, a indenização é **ATÉ** R\$ 13.500,00, razão pela qual o fato de pleitear o valor total da indenização prevista por invalidez permanente é completamente injusto, uma vez que palavra de extrema importância foi suprimida.





Outro ponto a ser destacado é o fato de que o que se indeniza é a invalidez e não a gravidade do acidente ou o trabalho exercido pela vítima de acidente automobilístico ou, até mesmo, um dano estético.

Assim, quando se estabeleceu o teto indenizatório para os casos de **INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL**, verificou-se a preocupação em estabelecer graduações para as indenizações, fixando valores maiores (próximos ao teto ou o próprio teto) de indenizações aos mais prejudicados no evento danoso, ou seja, **a vítima que está inválida por ter perdido ambas as pernas, receberá um percentual maior do que aquela que perdeu um dedo do pé esquerdo. Daí a expressão ATÉ aquele valor.**

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL PELO SEGURO OBRIGATÓRIO - LEVANDO-SE EM CONTA A IMPORTÂNCIA SEGURADA

Com efeito, a Medida Provisória nº. 340, de **29/12/2006** (sexta-feira), publicada no DOU da mesma data, **convertida na Lei 11.482/07**, modificou vários diplomas legais, entre os quais a Lei nº 6.194/74 (antes alterada pela Lei nº 8.441/92) que dispõe sobre o seguro DPVAT.

Assim sendo, tendo o sinistro noticiado pela Autora ocorrido em 01/03/2008, vale para sua análise e julgamento o ordenamento exposto na MP 340/2006, , **convertida na Lei 11.482/07**.

As alterações na Lei nº 6.194 foram procedidas pelo artigo 8º da Medida Provisória acima citada e alcançaram os artigos 3º, 4º, 5º e 11º. Assim, os arts. 3º e 4º passaram a vigorar com a seguinte redação:

Medida Provisória nº 340-convertida em Lei 11.482/07
<i>Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:</i>
<i>I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;</i>
<i>II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e</i>
<i>III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.</i>





Art. 4º. A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo único. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima, na forma que dispuser o CNSP.

Se não se utiliza o salário mínimo como índice ou fator de correção monetária para a fixação do suposto débito, mas sim, serve-se do mesmo apenas como critério de fixação da medida da obrigação para calcular o valor da indenização que acredita ser-lhe devida, seria o acima demonstrado, **QUAL SEJA, ATÉ O VALOR DE R\$ 13.500,00.**

Frise-se que a Autora deu plena quitação à congênere no tocante à obrigação em comento, ou seja, aceitou o cálculo indenizatório nos termos da Tabela expedida pela FENASEG - Resolução do CNSP, dentro do valor limitador acima descrito.

Portanto se algum valor foi devido, este já foi rigorosamente pago, sendo certo, o Seguro Obrigatório não indeniza valor superior ao acima mencionado, nem tampouco é contratado para dar cobertura a outras indenizações, existindo espécie própria de seguro para garantir qualquer distúrbio patrimonial que o Segurado venha a sofrer.

CONSEQÜENTEMENTE, LESIONANDO APENAS UM DEDO DO PÉ, OU UMA MÃO, A INDENIZAÇÃO SERÁ EQUIVALENTE AO PERCENTUAL PREVISTO NA TABELA PARA CADA CASO ESPECÍFICO, QUE SE ENCONTRA INSERIDA NA RESOLUÇÃO Nº. 01 DO CNSP DE 03/10/1975, COMO DETERMINA O ARTIGO 12º. DA LEI 6.194/74.

Acreditando estar cabalmente comprovada a improcedência do pleito inaugural, aguarda que seja extinto o feito com julgamento do mérito com fundamento no artigo 269, I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

DO DESCABIMENTO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

A Autora requereu o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil, por entender não haver necessidade de produção de provas.

Ora, existindo a necessidade de dilação probatória para a aferição de aspectos relevantes da causa, o julgamento antecipado da lide importará em violação do princípio do contraditório, constitucionalmente assegurado às partes e um dos pilares do devido processo legal.

Ressalta-se que o inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal reza que:





“LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”

Nesse sentido:

“Em matéria de julgamento antecipado da lide, predomina a prudente discricção do magistrado, no exame da necessidade ou não da realização de prova em audiência, ante às circunstâncias de cada caso concreto e a necessidade de não ofender o princípio basilar do pleno contraditório” (STJ – 4ª Turma, Resp 3.047-ES, rel. Min.. Athos Carneiro, j. 21.8.90, DJU 17.9.90, p. 9.514). (Grifos nosso).

Entende a Ré que não poderá ser proferido o julgamento de plano, uma vez que entende a seguradora ser indispensável o depoimento pessoal da Autora.

Requer, portanto, seja o pedido rejeitado de plano por V. Exa., observando-se, assim, o § 2º, do artigo 331 do CPC.

DO DESCABIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

A Autora pretende a inversão do ônus da prova por ser parte hipossuficiente.

Contudo, tal pretensão mostra-se completamente descabida, uma vez que não se trata de relação de consumo para que seja concedida a inversão do ônus da prova. A própria natureza *sui generis* do seguro obrigatório, não configura entre as partes, relação jurídica de consumo.

Como é cediço, a contratação do mesmo é realizada quando do licenciamento do veículo, oportunidade em que é recolhido o imposto correspondente, o IPVA, restando embutido o valor do DPVAT, que por sua vez preenche os cofres da administradora do convênio DPVAT, podendo o beneficiário pleitear a cobertura do mesmo, em face de qualquer seguradora integrantes do aludido consórcio.

Ora, para que se possa auferir relação de consumo, é necessário que figure de um lado da relação o consumidor e dou outro o fornecedor, entendendo-se por aquele, pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, o que não se vislumbra na hipótese dos autos. A contratação do seguro obrigatório é imposta ao proprietário dos veículos que devem pagar junto com o licenciamento anual.

Assim, em se tratando de seguro obrigatório - DPVAT, a relação entre a vítima do acidente não se encaixa no perfil de consumidora (art. 2º da lei n.º 8.078/90), bem como a seguradora não pode ser vista como fornecedora, sendo assunto estranho a relação consumerista.





Ademais, como se não bastasse a carência acionária, face a ausência de comprovação da realização do seguro obrigatório, a aplicação do disposto no artigo 6º da Lei 8.078/90 deve ser afastada, pois tal prova deveria ser suportada pela demandante, já que é a mesma quem alega os fatos, cabendo ao mesmo o *onus probandi*, nos termos do art. 333 I do CPC.

Da simples análise do texto da Lei 8.441/92, que regula a matéria do Seguro DPVAT, em momento nenhum se verifica qualquer dispositivo que expresse ser aplicável subsidiariamente a Lei consumeirista, o que de fato é um temeridade.

Assim, não pode prevalecer a inversão do ônus da prova, pois já restou inequivocamente comprovado nos autos, que a **INEXISTE RELAÇÃO DE CONSUMO ENTRE AS PARTES, NÃO PODENDO SER APLICADO AO CASO A LEI 8.078/90** como se verifica da contestação.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS LEGAIS

A Autora requereu a incidência de juros e correção monetária a partir do “pagamento a menor”. Considerando que não houve “pagamento a menor”, mas sim do valor tabelado pelo Poder Público, caso essas verbas fossem devidas, seriam incididas a partir do ajuizamento e da citação, respectivamente, quando a Autora manifestou sua discordância com o valor recebido na esfera administrativa, sem ressalvas.

Logo, na absurda hipótese de haver condenação, a correção monetária na ação relativa ao seguro **DPVAT**, inclui-se **NOS CASOS** previstos na Lei nº 6.899/81, devendo o seu cálculo levar em consideração, como **DIVISOR**, o índice de atualização vigente **NO MÊS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO**.

Qualquer decisão que conduza a coeficiente que leve em consideração outro **DIVISOR** representa uma afronta direta à Lei nº 6.899/81 e ao Decreto nº 86.649/81, que a regulamentou, e que são aqui expressamente prequestionados.

Quanto aos juros, também na hipótese de haver condenação **é pacífico o entendimento de que os juros contam desde a citação inicial, de acordo com o artigo 405 do Código Civil** e conforme acórdão proferido pela Quarta Turma do STJ, a seguir:

“EMENTA: CIVIL – COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – JUROS MORATÓRIOS – TERMO INICIAL – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 54/STJ – DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. Os juros, in casu, contam-se a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento da diferença pleiteada pela recorrente, ou seja, a partir da sua citação.





2. A obrigação de indenizar decorrente do evento danoso, imputada a quem deus causa ao mesmo, não se confunde com a obrigação de pagar a importância segurada devida em razão do acidente, lastreada em contrato de seguro DPVAT.
3. Não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se cogitar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula nº 54/STJ.
4. Dissídio não comprovado na forma legal e regimental.
5. Recurso especial não conhecido." (REsp 546392/MG, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2005, DJ 12/09/2005, p. 334)

ALÉM DISSO, POR NÃO SE TRATAR DE ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL, NÃO É APLICÁVEL A SÚMULA 54 DO STJ.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

A Autora é beneficiária da Justiça Gratuita. O Art. 11, §1º da Lei 1.060/50 determina que:

Art. 11- Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença." (grifamos)

Nesse sentido, já se manifestou recentemente a nossa melhor Jurisprudência:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – AJG – VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – REQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 27. 11.2002)"

APELAÇÃO CÍVEL N.º 2009.004909-2 – TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TJ/SC – AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO (DPVAT). I – VALOR APLICÁVEL. QUARENTA VEZES O SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NO PAÍS. ACIDENTE ANTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 340/06. II – CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. VALORES PREVISTOS NA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO COM BASE NO GRAU DE INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DAS RESOLUÇÕES DO CNSP. NORMA DE HIERARQUIA INFERIOR. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. III –

17

Rio de Janeiro – Av. Rio Branco, 245 - 7º e 8º andares - RJ - Tel: (21) 4501-0018 - Fax: (21) 4501-0059/0060
São Paulo – Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 732/766 - 7º andar – Jardim Paulista-SP - Cep 01403-003
E-mail: juridico4@negriniadvogados.com.br RLM/146405





TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA: DATA DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO FEITO A MENOR. JUROS DE MORA: CITAÇÃO VÁLIDA. **VI – HONORÁRIOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. MINORAÇÃO PARA 15%. NECESSIDADE QUE SE IMPÕE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DO TJ/MA – APELAÇÃO CÍVEL 3.031/2006 – ACÓRDÃO N.º 61.293/2006 - PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE.

I – (...)

II – (...)

III – (...)

IV – Os honorários advocatícios, em se tratando de beneficiários da assistência judiciária gratuita, são limitados ao máximo de 15% sobre o valor da condenação.

V – (...)

Da mesma maneira, já se posicionou o **E. Superior Tribunal de Justiça**:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – REsp – 297716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

Como se vê, a norma é imperativa e não confere faculdade ao Juiz, ao passo que, sendo a parte autora beneficiária da gratuidade de justiça os honorários são limitados em 15% por cento.

Dessa forma, em caso de condenação, requer-se seja observado o limite de 15% imposto na Lei 1.060/50.

DO PEDIDO

Ante tudo o quanto foi exposto e do mais que dos autos constam, requer-se de V.Exa. a retificação do pólo passivo conforme requerido na preliminar argüida.

Diante de todo o acima exposto, requer a extinção do feito sem julgamento do mérito, face a preliminar argüida.





Todavia, ultrapassadas, requer que seja julgado improcedente o pleito Autoral, em razão da plena quitação outorgada pela Autora, bem como em razão de todo o exposto pela Ré.

Requer, ainda, as expedições dos ofícios abaixo:

1) à **FENASEG – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO**, com sede no Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar para que confirme o pagamento da indenização aqui discutida cuja vítima é a Autora, feito pela **MBM SEGURADORA S/A**.

2) À **MBM SEGURADORA S/A**, para que traga aos autos o processo administrativo, inclusive o recibo de quitação referente a liquidação do sinistro que vitimou a Autora, com sede na ANDRADAS, 772/780 - 8º ANDAR - CENTRO, PORTO ALEGRE - Cep: 90020004, CNPJ: 87883807000106, e precatórias, com efeito suspensivo, para todos os fins de direito.

Em caso de condenação, requer sejam os juros contabilizados desde a data da citação válida, de acordo com o disposto no artigo 405 do Código Civil e que a correção monetária seja contabilizada desde a propositura da ação.

Requer-se provar o exposto pelo depoimento pessoal da Autora, sob pena de confesso, testemunhal, juntada documentos suplementares e expedição de ofícios.

Requer ainda, a inclusão do nome da advogada **Dra. KATIA GISLAINE BASTOS, inscrita na OAB/PE 25809** na capa dos autos a fim de que a mesma seja intimada e notificada de todos os atos judiciais que se fizerem acontecer, sob as penas do artigo 236, § primeiro do CPC.

N. Termos,
Pede Deferimento.

Caruaru/PE, 16 de dezembro de 2009.

KATIA GISLAINE BASTOS
OAB/PE 25809





*=====

=====*

* Megadata Computacoes D.P.V.A.T. 16/12/2009 16:00:39 *

* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *

* DPV010T ***** CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO ***** D125 /

DPV613P *

*=====

=====*

ANO / NUM. / LANC - 2009 / 076183 / 01 COD. DEPEND .. - 016

COD. SEG. - 6084 TIPO DOCUMENTO - 4 EX -

NUM. DOCUMENTO - PE999999999 DT.CADAST.PARC.- 00 / 00 / 0000

CATEGORIA - 09 DT. SINISTRO . - 01 / 03 / 2008

DT. CADAST.... - 22 / 04 / 2009 DT. RATEIO ... - 15 / 05 / 2009

NATUREZA - 2 CPF VITIMA - 05387766418

NOME DA VITIMA - DILANY PEREIRA DOS SANTOS

DT. NASC. - 10 / 04 / 1988 VALOR INDENIZ. - 1.687,50

SEQUENCIA - 001 VLR COR.MON/JUR- 0,00

COD. REC/RECL. - 1 DT. PAGAMENTO - 11 / 05 / 2009

NOME RECEBEDOR - DILANY PEREIRA DOS SANTOS

CPF/CGC RECEB. - 00005387766418 DT. ATUALIZ... - 11 / 05 / 2009

PROCURADOR/INT.-

CPF/CGC PRC/INT- 0000000000000000 BOLETIM - 082/09

DELEGACIA - 21 DESEC UF DELEGACIA - PE

REGULACAO - 1 SUB-JUDICE ... - DT. RECEB.

DT. RECLAMACAO - 05 / 03 / 2009 CONF. PGTO - / /

* LANC.MANUAL.

ENTER = CONTINUAR PF03 = FIM PF07 = VOLTA MENU



GPS 1777

ANEXO 5
TABELA DE INDENIZAÇÃO PARA INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL
OU PARCIAL POR ACIDENTE

Perda total da visão de um olho - 30%	Surdez total incurável de um ouvido - 20%
Perda total da visão de um olho quando não tiver a outra vista - 70%	Surdez total de ambos os ouvidos - 40%
Mudez incurável - 50%	Anquilose total de um dos ombros - 25%
Fratura não consolidada do maxilar inferior - 20%	Fratura não consolidada de um dos braços - 30%
Anquilose total de um dos cotovelos - 25%	Perda total do uso de um dos braços - 70%
Anquilose total de um dos punhos - 20%	Anquilose total de um quadril - 20%
Fratura não consolidada do fêmur - 50%	Perda total do uso de uma das mãos - 60%
Fratura não consolidada de uma perna - 25%	Fratura não consolidada da rótula - 20%
Perda total do uso de uma perna - 70%	Anquilose total de um joelho - 20%
Encurtamento de uma das pernas de:	Anquilose total de um dos tornozelos - 20%
• 5 centímetros ou mais - 15%	Fratura não consolidada de um pé - 20%
• 4 centímetros - 10%	Perda total de um dos pés - 50%
• 3 centímetros - 6%	Perda parcial de um dos pés (Perda de todos os dedos do pé e uma parte do mesmo pé) - 25%
• Menos de 3 centímetros - Sem indenização	
Amputação do primeiro dedo - 10%	
Amputação de qualquer outro dedo - 3%	

Médio - 12%	Indicador - 15%	Falange distal
Anular - 9%		Falange Média
Mínimo - 12%		Falange Próxima
		Polegar - 18%
		Metacarpiano
		Metacarpiano Polegar - 25%

PERDA TOTAL - 100%

- Perda total da visão de ambos os olhos
- Perda total do uso de ambos os braços
- Perda total do uso de ambas as pernas
- Perda total do uso de ambas as mãos
- Perda total do uso de um braço e uma perna
- Perda total do uso de uma das mãos e um dos pés
- Perda total do uso de ambos os pés
- Alienação mental total incurável





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

I Juizado Especial Cível de Caruaru

Av. Portugal - Fórum João Elísio Florencio, 1234 - Universitário - Caruaru/PE - CEP: 55016-400 - F: (81)3722-6500

146405

Processo nº 0002316-25.2009.8.17.8019 (002316/2009) Turma - IT

Demandante: DILANY PEREIRA DOS SANTOS

Demandado: BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS

INTIMAÇÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do I Juizado Especial Cível de Caruaru, fica V. Sa. intimada do teor final da sentença prolatada nos autos do processo acima, conforme segue abaixo:

Por esses fundamentos, ante o exposto, como expresso no corpo deste decísium: JULGO PROCEDENTE EM PARTE A PRETENSÃO DEDUZIDA NA INICIAL, para condenar a empresa ré a pagar a parte autora a importância de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), valor este corrigido pela tabela do ENCOGE, a partir do dia 15/05/2009, acrescido de juros de mora de 1%, ao mês a partir da citação, pondo fim ao feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269 I, da lei de rito. Caso a parte demandada não efetue o pagamento no prazo de 15 dias, contados do trânsito em julgado, independente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento) - (Enunciado 105- FONAJE, de redação inspirada no art. 475-J do Código de Processo Civil) No Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários advocatícios (Lei nº 9099/95, arts. 54 e 55). Publique-se, registre-se e intime-se. Caruaru, 17 de janeiro de 2010. Helena C. M. de Medeiros - Juíza de Direito Substituta

Fica V. Sa. ciente de que, caso queira, poderá interpor recurso, dentro do prazo de 10(dez) dias, de acordo com o art. 42 da Lei nº 9.099/95
Caruaru, 12 de fevereiro de 2010.

Secretaria

Recebido em 25/02/2010
15:45
Comunicação do Ex. Juizado Especial Cível de Caruaru



CONTRATO ECT/PE
Nº 1462003152

AR

Bela. KÁTIA GISLAINE BASTOS

RUA FRANCISCO ALVES, 105, 3º ANDAR, ILHA DO LEITE, RECIFE-PE 5072690



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR PESO / WEIGHT (kg)

DJO - Depósito Judicial Ouro Depósito

Atenç

Gravi

Tipo de

1

Data

18/05/2010

Tipo de j

1

Nome

1

SEGI

Nome c

BRAD

Advogado d

TR. 278 - Depósito Judicial RDO
18/05/2010 13.23.05 2234-10395 0734568 00081
Valor Total R\$ 13.457,83
Em Dinheiro R\$ 0,00
Em Cheque R\$ 13.457,83
LOTE 00.015
Cta CAIXA: 119.728.977
Cta RDO Judicial: 3.600.119.728.977 Parc: 001
REU
AUTOR
Processo: 2316200900
Data/Nro da Guia: 18/05/2010 A
Justica: E

Nº da conta judicial

Fornecido
pelo sistema

a (pref./dv) Tribunal

Orgão/Vara

I JEC

Natureza da ação

1. Autor/Impetrante 2. Autor/Impetrante 3. Outros

INDENIZ

CPF/CNPJ

Tipo de depositante

00248608000104

J F. Física J. Jurídica

CPF/CNPJ

Hist.

Dinheiro - R\$

92682038000100

551

CPF/CNPJ

Bloqueio Cheques - R\$

13.457,83

Nome do autor/Impetrante

CPF/CNPJ

Valor total do depósito - R\$

DILANY PEREIRA DOS SANTOS

05387766418

13.457,83

Advogado do autor/Impetrante

CPF/CNPJ

Motivo do depósito

CONDENAÇÃO

Carimbo do cartório e assinatura

Autenticação mecânica

BB 22340081 18052010

13.457,83RA10395

C 3600119728977 P.2316200900

Mod. 0.70.289-4 - Abr/08 - SISBB 08098 - nps - Via III - Comprovante do processo
bb.com.br - Central de Atendimento BB 4004-0001 (Capital) e 0800 7290001 (Demais localidades)

Corte aqui

DJO - Depósito Judicial Ouro

Página 3 de 4

BANCO DO BRASIL

DJO - Depósito Judicial Ouro Depósito

Nº da conta judicial

Fornecido
pelo sistema

Atenção: receba através da transação TCX 278.

Grave as informações complementares no DJO, opção 32.

Tipo de documento

Agência (pref./dv)

Tribunal

1

1. Primeiro depósito 2. Depósito em continuação

Data de emissão

Processo

Comarca

Orgão/Vara

18/05/2010

002316200900

CARUARU/PE

I JEC

Tipo de justiça

Nº da guia

Depositante

Natureza da ação

1

1. Estadual 2. Federal

1

1. Réu/Impetrado 2. Autor/Impetrante 3. Outros

INDENIZ

Nome do depositante

CPF/CNPJ

Tipo de depositante

SEGURADORA LIDER

09248608000104

J F. Física J. Jurídica

Nome do réu/Impetrado

CPF/CNPJ

Hist.

Dinheiro - R\$

BRADESCO AUTO RE

92682038000100

551

Advogado do réu/Impetrado

CPF/CNPJ

Bloqueio Cheques - R\$

13.457,83

Nome do autor/Impetrante

CPF/CNPJ

Valor total do depósito - R\$

DILANY PEREIRA DOS SANTOS

05387766418

13.457,83

Advogado do autor/Impetrante

CPF/CNPJ

Motivo do depósito

CONDENAÇÃO


Carimbo do cartório e assinatura

Autenticação mecânica

Mod. 0.70.289-4 - Abr/08 - SISBB 08098 - nps - Via III - Comprovante do processo
albr - Central de Atendimento BB 4004-0001 (Capital) e 0800 7290001 (Demais localidades)

Corte aqui

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205


Seguradora Líder - DPVAT
Rio de Janeiro, 17-05-2010

Para: Negrini

REF: Remessa de cheque(s) para pagamento de ação(ões) judicial(is).

Seque(m) em anexo, o(s) cheque(s) abaixo mencionado(s) para suas providências.

Nº(s) cheque	Valor(R\$)	Processo(s) judicial(is)	Favorecido
342346	R\$ 400,00	021100000798	3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS
342347	R\$ 400,00	001060438720	8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS
342348	R\$ 900,00	001090104553	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS
342349	R\$ 900,00	001083758802	4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS
342350	R\$ 936,81	3222009	3EC DA COMARCA DE MANDUAQUA/PR
342351	R\$ 1.020,00	002090093030	5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE DOURADOS/MS
342352	R\$ 1.395,00	001083807277	7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS
342353	R\$ 1.638,98	103000010794	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARAQUARI/SC
342354	R\$ 2.017,91	002115200800	1 JEC DA COMARCA DE CARUARU/PE
342355	R\$ 2.492,50	20090145000056	7 VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE
342356	R\$ 4.700,00	11279021120096130439	Arlene Camello Demarquê Souza
342357	R\$ 4.786,22	200900022318	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GUARAPUAVA/PR
342358	R\$ 6.725,47	000041342453	2ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO/SP
342359	R\$ 7.000,00	00090345720108130439	REINALDO DE OLIVEIRA
342360	R\$ 7.931,76	200900027796	2ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL/PR
342361	R\$ 10.421,90	431030000	13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA/PR
342362	R\$ 10.500,00	120080245782	15 VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE
342363	R\$ 10.500,00	03220099088166	CARLOS ROBERTO CHAGAS FREIRE
342364	R\$ 10.827,83	20095192	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CORBÉLIA/PR
342365	R\$ 12.607,07	00110901414321	12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS
342366	R\$ 13.200,00	007890200900	1 JEC DA COMARCA DE CARUARU/PE
342367	R\$ 13.457,83	002316200900	1 JEC DA COMARCA DE CARUARU/PE
342368	R\$ 12.500,00	0038842009	1 JEC DA COMARCA DE CARUARU/PE
342369	R\$ 14.360,04	040080049850	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGUNA/SC
342370	R\$ 14.754,94	00110901371096	12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO ALEGRE/RS
342371	R\$ 17.184,57	200900001078	1ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
342372	R\$ 17.558,51	2009000030152	2ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
342373	R\$ 17.582,66	019090037454	3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA DORA/MS
342374	R\$ 18.753,68	0230800446640	5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS/SC
342375	R\$ 19.402,14	011080056297	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BRUSQUE/SC
342376	R\$ 11.000,00	03220089108925	JERRY ADRIANI DE MOURA LIMA
342377	R\$ 15.400,63	200900022189	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GUARAPUAVA/PR
342378	R\$ 15.401,32	075090122237	3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUBARÃO/SC
342379	R\$ 16.003,42	1302009	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE ALTÔNIA/PR
342380	R\$ 16.197,35	007080044898	JEC DA COMARCA DE BIGUAÇU/SC
342381	R\$ 17.000,00	001083746774	REINALDO AJALA DE FREITAS
342382	R\$ 17.796,35	01020089095219	III JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR
342383	R\$ 19.002,20	075090005443	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUBARÃO/SC
342384	R\$ 19.200,00	001080327711	ODENIL VIEIRA DA SILVA
342385	R\$ 19.284,87	05910800002565	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OSÓRIO/RS
342386	R\$ 19.937,21	3762007	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
342387	R\$ 20.056,07	001083721100	12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS
342388	R\$ 21.918,21	00910900009211	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARAZINHO/RS
342389	R\$ 22.250,60	009109000010139	3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARAZINHO/RS
342390	R\$ 24.527,11	2142008	8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTO ANDRÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO
342391	R\$ 26.001,83	41007	VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTO PARANÁ/PR
342392	R\$ 27.500,00	001070765473	EDSON DE MORAIS LOPES
342393	R\$ 32.000,00	001060530520	MILVANY ROSA BARBOSA

Valor total de cheques: R\$ 618.779,07

Total de cheques: 48

Tão logo o(s) depósito(s) seja(m) efetuado(s), favor nos remeter com urgência o(s) comprovante(s).

74.123.2.138/dpvat/gproc_cheque/Relatorios/Rel_NET/remessa.aspx?codEsc=13&dtinicio... 17/5/2010

Comp 001 Banco 001 Agência 1763 DV 8 C1 4 Conta 044.000-2 C2 6 Série 001 Cheque N.º 342367 C3 0 R\$ R\$ ***** 13.457,83

Pague por este cheque a quantia de ***** TREZE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE

REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS***** e centavos acima.

I JEC DA COMARCA DE CARUARU/PE

RIO DE JANEIRO 17 2010

 **BANCO DO BRASIL**

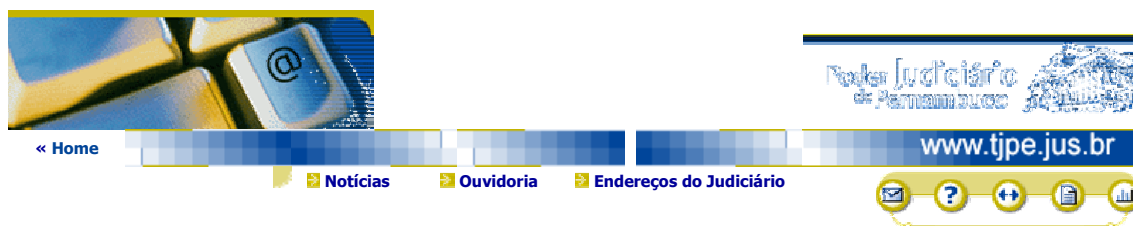
SFELVIANA LIDER MCM CONSORCIO DO SEGURO BRAS
EMPLOS 208 609/0801-04
CLIENTE BANCARIO DESDE 12/2007

EMPRESA SEN DANIAS
00.000.000/4374-50
13-EMPRESA SEN DANIAS-GS13
58-SEN DANIAS 05/30

342367/SA/8903/8/200838691701/002316200900
I JEC DA COMARCA DE CARUARU/PE

0000111765110 000134236754 7250644000230





Juizado Especial: I Juizado Especial Cível de Caruaru

Dados do Processo

Número **002316/20092009-00**

Feitos Cobrança de Dívidas

Turma IT

Fase Instrutória

Data 17/12/2009 15:12:04

Movimento Realização de audiência - Conciliação

Apregoadas as partes às 15:10 horas, compareceram a Demandante, DILANY PEREIRA DOS SANTOS, acompanhado do advogado Dr. Francisco Nunes de Queiroz (OAB nºPE017041-D), e a Demandada, BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS, representada pelo Sr. Luiz Leonardo Araújo Portela, acompanhada do advogado Dr. Helder Gonçalves Alcântara (OAB/PE nº. 28.548). Aberta a audiência, não houve possibilidade de uma composição amigável, restando frustrada a presente sessão. Desse modo, a presente sessão acontecerá nos moldes da Resolução do TJPE nº. 271, de 20 de outubro de 2009. Pela parte Autora não foi requerida a juntada de novos documentos. Pela parte Demandada foi apresentada contestação em 12 laudas, com 04 preliminar(es), acompanhada de 01 documento de mérito e mais 38 laudas de documentos de representação. Franqueada a parte Demandada, prazo de 10 (dez) minutos, para se pronunciar sobre o(s) documento(s) da parte Autora, bem como apresentar resposta oral, disse: No tocante aos documentos acostados nos autos, esses ratificam a tese demandada de que não há documento probante da invalidez ou seu grau, havendo obviamente a necessidade uma perícia do órgão competente (IML). Razão pela qual ratifica-se os termos da defesa, requerendo a improcedência do feito. Dada à parte Demandante a palavra, pelo prazo de 10 (dez) minutos, para se manifestar sobre a(s) preliminar(es), documento(s) e resposta da parte Demandada, disse: Não prospera a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que segundo a legislação que regula a matéria de seguros qualquer empresa de Seguro tem responsabilidade subsidiária podendo com isso ser parte na relação processual. Não merece ser acolhida a alegação da incompetência deste Juizado, tendo em vista a necessidade de prova pericial, uma vez que já consta nos autos perícia que comprova a lesão. Razão pela qual queda tal assertiva. Foi deferida a juntada dos documentos, face ao disposto nos arts. 32 e 33 da Lei 9.099/95, e também com base no princípio constitucional da ampla defesa. Quanto as preliminares argüidas a magistrada se pronunciará quando da prolação da sentença. As partes informam que não pretendem produzir mais provas, inclusive oral, requerendo o julgamento da lide. Não havendo mais provas a produzir, dou por encerrada a presente sessão, encaminhando os autos conclusos ao(a) MM. Juiz(a) para sentença, ocasião em que as partes serão devidamente intimadas da decisão. Caruaru, 17 de dezembro de 2009. Edeilson Barbosa da Silva Conciliador Cientes: DILANY PEREIRA DOS SANTOS BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS Tribunal de Justiça de Pernambuco - Poder Judiciário I Juizado Especial Cível de Caruaru Av. Portugal - Fórum João Elísio Florencio, 1234 - Universitário - Caruaru/PE - CEP: 55016-400 - F: (81)3722-6500 Processo nº 0002316-25.2009.8.17.8019 (002316/2009) Turma - AT Demandante: DILANY PEREIRA DOS SANTOS Demandado: BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS TERMO DE SESSÃO DE CONCILIAÇÃO

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.





[« Home](#)

[Notícias](#)

[Ouvidoria](#)

[Endereços do Judiciário](#)



Juizado Especial: I Juizado Especial Cível de Caruaru

Dados do Processo

Número **002316/20092009-00**

Feitos Cobrança de Dívidas

Turma IT

Fase Encerramento

Data 16/06/2010 14:31:18

Movimento Arquivamento

CERTIDÃO Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, arqueei os presentes autos. O certificado é verdade e dou fé. Caruaru, 16 de junho de 2010. Chefe de Secretaria Tribunal de

Justiça de Pernambuco Poder Judiciário I Juizado Especial Cível de Caruaru Av. Portugal - Fórum

João Elísio Florencio, 1234 - Universitário - Caruaru/PE - CEP: 55016-400 - F: (81)3722-6500

Processo nº 0002316-25.2009.8.17.8019 (002316/2009) Turma - IT Demandante: DILANY PEREIRA

DOS SANTOS Demandado: BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.